

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO  
CURSO BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

**VALTER EUDA DOS SANTOS**

**GINASIANOS DO INDUSTRIAL: ARQUIVO ESCOLAR E MEMÓRIA SOCIAL EM  
SIMÃO DIAS/SE (1963-1977)**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2021**

**VALTER EUDA DOS SANTOS**

**GINASIANOS DO INDUSTRIAL: ARQUIVO ESCOLAR E MEMÓRIA SOCIAL EM  
SIMÃO DIAS/SE (1963-1977)**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
da Informação da Universidade Federal de  
Sergipe para obtenção do grau de bacharel  
em Biblioteconomia e Documentação.

Orientação: Profa. Dra. Valéria Aparecida  
Bari.

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2021**

### **Dados de Catalogação na Publicação (CIP)**

	Santos, Valter Euda dos
S237g	Ginasianos do Industrial: Arquivo Escolar e Memória Social em Simão Dias/SE (1963-1977). / Valter Euda Santos. – São Cristóvão-SE, 2021. 76 f. il. color  Orientadora: Dra. Valéria Aparecida Bari. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe - UFS, Departamento da Ciência da Informação - DCI , 2021.  1. Arquivo Escolar. 2. Memória Social. 3. Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – Simão Dias/SE. I. Bari, Valéria Aparecida, orienta. II. Título.  CDD: 027.8 CDU: 930.25(043.2)

**Ficha elaborada pela Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari (CRB-5/SE-001552/O)**

**GINASIANOS DO INDUSTRIAL: ARQUIVO ESCOLAR E MEMÓRIA SOCIAL EM  
SIMÃO DIAS/SE (1963-1977)**

**VALTER EUDA DOS SANTOS**

Trabalho de conclusão de curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
da Informação da Universidade Federal de  
Sergipe para obtenção do grau de bacharel  
em Biblioteconomia e Documentação.

**Nota:** nove pontos e seis décimos (9,6)

**Data de apresentação:** 03/02/2021

**BANCA EXAMINADORA**



Prof.ª Dr.ª Valéria Aparecida Bari  
Diretora de CCSA/UFS em exercício

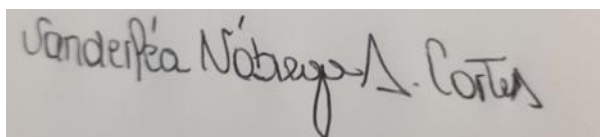
**Profa. Dra. Valéria Aparecida Bari**

**(Orientadora – DCI/UFS)**



**Profa. Dra. Níliane Cunha de Aguiar**

**(Membro Interno – DCI/UFS)**



**Profa. Msa. Vanderleia Nóbrega Azevedo Cortes**

**(Membro Externo – PRU5-PGU-AGU)**

## **AGRADECIMENTOS**

O ato de agradecer é próprio do ser humano, além da sua racionalidade, é um gesto de reconhecimento, de afeto e de tributo para com aqueles que estão em nosso entorno.

Ao longo da minha trajetória acadêmica no curso de Biblioteconomia e Documentação, diversos foram as pessoas que de alguma forma, seja através de um incentivo, de uma consideração ou até mesmo de um gesto mais simples, contribuíram para o alcance da nossa jornada.

A minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dra. Valéria Aparecida Bari, a qual tive oportunidade de ser seu aluno em algumas disciplinas e principalmente, por ter me escolhido para ser seu orientando. Os nossos encontros foram importantes para o meu crescimento acadêmico e profissional, além de ter sido relaxante em meio as risadas e conversas. Aos demais docentes do Departamento de Ciência da Informação, responsáveis pela minha introdução e aprofundamento no universo informacional: a Prof<sup>a</sup> Dra. Janaina Ferreira Fialho, Prof<sup>a</sup> Dra. Martha Suzana Cabral Nunes, Prof<sup>a</sup> Dra. Niliane Cunha de Aguiar, Prof<sup>a</sup> Dra. Alessandra dos Santos Araújo, Prof. Dr. Sérgio Luiz Elias de Araújo, Prof<sup>a</sup> Dra. Telma de Carvalho, Prof<sup>a</sup> Mestra Glêyse Santos Santana, Prof. Me. Antônio Edilberto Costa Santiago e Prof. Me. Fernando Bittencourt dos Santos.

Aos amigos que fiz no curso de Biblioteconomia e Documentação: Michele Lopes Soares, Martha Luciana Carvalho do Valle, Eliana Alves Feitosa, Vanucci Fernanda Freitas da Silva e Wictor Saimo Santos Silva. Realmente, tínhamos um “grupo fechado”.

Aos servidores do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas que nestes quase 10 (dez) anos do meu exercício profissional contribuíram para o engrandecimento do fazer educação: Prof<sup>as</sup> Maria Emília de Jesus e Daniela Santos Silva (ex-diretoras) e ao atual diretor Prof. Sérgio Santos de Jesus Oliveira – cada um a seu modo foi e é um exímio gestor educacional; aos demais docentes que tornaram para mim um exemplo de profissionalismo e responsabilidade: Prof. Geraldo Henrique dos Santos Prata, Prof<sup>a</sup> Marluce Pinto dos Santos, Prof<sup>a</sup> Rita de Cassia Cruz, Prof<sup>a</sup> Maria Edênia dos Santos Menezes, Prof<sup>a</sup> Vilma Ribeiro de Andrade, Prof. Lucivaldo Nascimento da Silva, Prof. Denisson Déda de Aquino, Prof<sup>a</sup> Renata Dantas do Amaral, Prof. Adilson

Silva Menezes Filho, Prof. José Wellington Santos Junior, Profª Grasiela Oliveira Santana da Silva, Prof. Marcos Robério Nobre de Lima (coordenador pedagógico), Profª Maria Inalda Silva dos Santos e Profª Sanja Naiane dos Santos Menezes.

Aos funcionários da Secretaria Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas dos quais nestes últimos três anos em que estou à frente dos trabalhos de secretariado foram importantes e tornaram o ambiente burocrático mais leve e contagiante: Santana Rodrigues Déda, Ana Lúcia Gama Gonçalves, Amanda Naiana dos Santos Barbosa, Anne Rose Santos Souza, Felipe da Silva Ramos, José Domingos Dias Santana e Thiago de Oliveira Braga.

Aos meus grandes amigos que conquistei: Luiz Ricardo Oliveira Santos, Cassiano Celestino de Jesus e Matheus Conceição Santos – obrigado pelo companheirismo, cumplicidade, alegrias, afetos, discussões acadêmicas e das histórias comuns. A jornada da vida junto com vocês torna-se mais aprazível.

A Jadson Santos Cruz, que me conheceu já acadêmico de Biblioteconomia, porém tornou-se o primeiro a torcer e incentivar os meus objetivos. Obrigado pela compreensão dos momentos de ausência.

A Profª Mestra Vânia Batista de Souza e os demais colegas que compartilharam comigo as idas e vindas no *bus* da UFS por quase 05 (cinco) anos. Com vocês, a viagem ficava mais divertida e serena. E não poderia deixar de registrar, muitos de vocês eram meus ex-alunos e passaram a ser “colegas de faculdade”. Meu reconhecimento a Dario Souza Carvalho, José Luiz Santos de Jesus (Nino), Anthonyelle Batista de Jesus, Tainar Abreu Nascimento, Isabela de Souza Menezes e Bruno de Abreu Oliveira.

Aos meus familiares, que são acima de tudo, meu primeiro e importante referencial. Vocês são meu porto seguro.

***“Os arquivos, então, ganham novas interpretações e interrogações como suportes de memória, que abrem possibilidades de novas histórias, experiências até então ‘guardados’ em estantes ou armários” (ABUD, 2012).***

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia e Documentação é resultado de uma pesquisa aplicada, descritiva e documental. Com os objetivos de elencar, explicitar e registrar as representações da memória social, por meio de estratégias de análise da informação provenientes dos documentos contidos no fundo arquivístico “Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto”, integrado à unidade de informação Arquivo Escolar do “Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS”. Sendo assim, a análise foi pautada a partir dos conceitos inerentes ao arquivo escolar e a memória social. Além do Livro de atas dos Exames de Admissão ao Curso Ginásial, foram cortejados 350 (trezentos e cinquenta) prontuários de ex-alunos entre os anos de 1963 a 1977. A amostragem empírica foi definida a partir da situação em que se encontrava o arquivo, ou seja, deu-se no decorrer da pesquisa nele. Os dados coletados foram sendo inseridos numa tabela produzida a partir de um *software* (Excel do Microsoft Windows®) e esses foram abordados de forma qualitativa e quantitativa. Discorremos os resultados a partir de fatos, acontecimentos e eventos ligados ao cotidiano escolar. Por fim, concluiu-se que a partir das informações oriundas dos documentos arquivísticos escolares, após analisados, é possível reconstruir a memória social por meio de representações e estas tornam-se elementos da identidade e de pertencimento. Essa possibilidade se reveste de vital importância, a medida que o acervo documental evolui para uma unidade de informação, uma fonte de pesquisas para diversas áreas do conhecimento, e como dispositivo de memória, para fortalecer a identidade da comunidade assistida e valorizar os efeitos da educação em seus níveis básico e fundamental.

Palavras-chave: Arquivo escolar. Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto. Memória Social.



## **ABSTRACT**

This completion of course work in Library Science and Documentation course, is the result of applied, descriptive and documentary research. With the objectives of listing, explaining, and registering the representations of social memory, through strategies of analysis of information from the documents contained in the school file “Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto”, integrated with the information unit of the “Centro de Excelência Dr. Milton Dortas”. Therefore, the analysis was based on the concepts inherent to the school archive and social memory. In addition to the Minutes Book of the Exams for Admission to the Middle School Course, 350 school records of former students were courted to 1963 to 1977. The empirical sample was defined based on the situation in which the file was found, that is, it occurred in the course of the research in it. The collected data were inserted into a table produced using the software Excel from Microsoft Windows® and these were approached in a qualitative and quantitative way. We discuss the results based on facts, events and events related to school routine. Finally, we conclude that based on the information from school archival documents, after being analyzed, it is possible to reconstruct social memory through representations and these become elements of identity and belonging. This possibility is of vital importance, as the documentary collection evolves into an information unit, a source of research for various areas of knowledge, and as a memory device, to strengthen the identity of the assisted community and enhance the effects of education at its basic and fundamental levels.

Keywords: Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto. School file. Social Memory.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Naturalidade dos ginasianos sergipanos .....	39
<b>Tabela 2</b>	Ginasianos não-sergipanos .....	40
<b>Tabela 3</b>	Procedência escolar para o Industrial .....	46
<b>Tabela 4</b>	Emissão de Certificados e Guias de Transferência (município de Simão Dias/SE) .....	48
<b>Tabela 5</b>	Emissão de Certificados e Guias de Transferência (outros municípios sergipanos) .....	50
<b>Tabela 6</b>	Emissão de Certificados e Guias de Transferência (municípios baianos) .....	51
<b>Tabela 7</b>	Exames de Admissão do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto ....	52
<b>Tabela 8</b>	Transferências (1963-1972) .....	59

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Lugar de nascimento dos ginasianos em Simão Dias/SE .....	38
<b>Gráfico 2</b>	Emissão de atestados de estudos primários .....	43
<b>Gráfico 3</b>	U.E. em Simão Dias/SE .....	44
<b>Gráfico 4</b>	Evasão .....	55
<b>Gráfico 5</b>	Vida escolar dos concludentes .....	64
<b>Gráfico 6</b>	Tipificação Amostral de Ocupações dos Egressos .....	66

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Placa de gratidão a parceria com a FUNABEM .....	17
<b>Figura 2</b>	Placa comemorativa da inauguração das novas dependências do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto em Simão Dias/SE – ano: 1965 .....	37

## LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>BA</b>	Bahia
<b>C. C.</b>	Colégio Cenecista
<b>CEDMD</b>	Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS
<b>CNEC</b>	Campanha Nacional de Escolas da Comunidade
<b>CNEG</b>	Campanha Nacional de Educandários Gratuitos
<b>DCI</b>	Departamento de Ciência da Informação
<b>EMC</b>	Educação Moral e Cívica
<b>EMDAGRO</b>	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
<b>FUNABEM</b>	Fundação Nacional do Bem Estar
<b>GD</b>	Gestão Documental
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>N. Sra.</b>	Nossa Senhora
<b>SE</b>	Sergipe
<b>TIC</b>	Tecnologia da Informação e da Comunicação
<b>U.E.</b>	Unidade de ensino
<b>UFS</b>	Universidade Federal de Sergipe

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivos .....</b>	<b>15</b>
1.1.1	Geral .....	15
1.1.2	Específicos .....	15
<b>1.2</b>	<b>Justificativa .....</b>	<b>16</b>
<b>1.3</b>	<b>O Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto .....</b>	<b>16</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>19</b>
<b>2.1</b>	<b>Arquivos escolares e os seus documentos .....</b>	<b>19</b>
<b>2.2</b>	<b>A memória: conceito e aplicação na Ciência da Informação .....</b>	<b>23</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1</b>	<b>Marco temporal .....</b>	<b>27</b>
<b>3.2</b>	<b>Tipologias da pesquisa .....</b>	<b>27</b>
<b>3.3</b>	<b>O procedimento técnico da pesquisa .....</b>	<b>28</b>
<b>3.4</b>	<b>A forma de abordagem dos dados .....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>31</b>
<b>4.1</b>	<b>O arquivo, os prontuários, as atas e os documentos .....</b>	<b>31</b>
<b>4.2</b>	<b>Característicos .....</b>	<b>33</b>
<b>4.3</b>	<b>Vida escolar .....</b>	<b>41</b>
4.3.1	Estudos anteriores .....	42
4.3.2	Os Exames de Admissão enquanto acesso ao curso Ginásial .....	51
4.3.3	Interrupção dos estudos .....	54
4.3.4	Transferências em curso .....	57
<b>4.4</b>	<b>Concludentes e egressos .....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>69</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos elementos relacionados à racionalidade humana está na capacidade de passar para os seus pares o conhecimento adquirido. Isto nada mais é do que ensinar, portanto, pautado ao ato de educar. O mundo contemporâneo institucionalizou a educação, criando regras, métodos e ambientes propícios: as escolas. É no interior destas instituições onde teremos a prática educacional. O cotidiano escolar, baseado nas prerrogativas legais, vai criando documentos das mais diversas tipologias e finalidades que vão garantir o funcionamento da educação formal.

Esses documentos, ao passar do tempo, serão acumulados, cabendo aos gestores escolares criarem espaços para o seu arquivamento: seja para uma consulta administrativa no sentido probatório de direito dos sujeitos envolvidos, ou pelo seu caráter histórico, enquanto testemunho de uma época, do qual será selecionado e interpretado pelo consultante para responder as diversas questões de pesquisa ou enquanto parte do planejamento pedagógico de uma disciplina o qual será utilizado enquanto recurso para uma determinada aula.

Entretanto, a percepção administrativa ainda não deu o devido valor a esses acervos documentais. É comum encontrar, de forma indevida o tratamento aos mais diversos documentos, considerando-os enquanto algo morto, armazenados em lugares insalubres, verdadeiros depósitos, onde a memória escolar e comunitária jaz, sem possibilidade de ser trazido à luz para o conhecimento das gerações atuais. Essa situação foi percebida em estudos sobre um determinado arquivo escolar realizado por Alves (2015, p. 24-25):

[...] uma significativa massa documental acumulada, produzida pelos agentes administrativos e pedagógicos, que traçam a sua memória, a história construída por ela própria, quer com documentos do arquivo corrente, quer com a documentação histórica ainda existente no espaço que alguns consideram erroneamente como 'arquivo morto', que necessitam de organização e preservação.

Considerando que os arquivos, e neste caso, os escolares, são instituições de memória (SAVIANI, 2013) e diante desta realidade anteriormente apontada, elaboramos a questão de pesquisa inicial para se buscar informações provenientes

desses documentos: “Quais elementos da memória social podem ser identificados em um arquivo escolar?”

A busca para responder as indagações iniciais sustentou, portanto, os caminhos que resultaram na elaboração deste texto monográfico, enquanto pré-requisito para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). A temática desenvolvida neste Trabalho de Conclusão de Curso insere-se na linha de pesquisa “Informação e Sociedade” uma vez que serão analisados a história, a memória e o patrimônio em unidades de informação.

## **1. 1 Objetivos**

O trabalho foi desenvolvido a partir de objetivos enquanto norteadores dos caminhos a serem seguidos. Ou seja, definimos as metas enquanto abrangência do tema, estando relacionado ao conteúdo.

### **1.1.1 Geral**

Identificar as representações da memória social, por meio de estratégias de análise da informação dos documentos contidos no fundo arquivístico “Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto”, integrado à unidade de informação Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS.

### **1.1.2 Específicos**

- Elaborar análise exaustiva do fundo documental “Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto”, com vistas a explicitar e registrar a memória social pregressa da comunidade escolar;
- Relacionar as representações da memória social, coletadas na análise.
- Contrastar identidades dos egressos com informações públicas e redes sociais, em busca do status social atual dos mesmos;
- Demonstrar a potencialidade do Arquivo Escolar do Centro de Excelência “Dr. Milton DORTAS”, como fonte de informação pesquisável, com ênfase em indicadores sociais relevantes às políticas públicas.



## **1.2 Justificativa**

A produção científica, nas mais diversas áreas do conhecimento, advém de motivações múltiplas, que são essenciais para o desenvolvimento das respostas que atendam às necessidades informacionais do indivíduo. Dentro desta perspectiva, podemos apontar três fatores para o desenvolvimento deste trabalho que ora se delineia. Primeiramente, pela abrangência da formação do bibliotecário para atuar em diversos tipos de instituições de memória e/ou unidades de informação. Segundo, pela necessidade de adentrar nos acervos escolares, enquanto espaço de pesquisa, ainda não totalmente apropriados pela Ciência da Informação, uma vez que os arquivos escolares estão mais ligados às pesquisas do campo educacional. Por fim, a terceira justificativa, é pelo fato da minha aproximação, enquanto profissional, no referido arquivo escolar.

## **1.3 O Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto**

Foi publicado no jornal simãodiense “A Semana”, de responsabilidade de José de Carvalho Déda, na edição de 01/12/1962, notícia que, em breve, seria lançado edital de abertura para exame de admissão com a finalidade de ingresso na 1ª série do curso Ginasial, a ser ofertado por uma nova escola que estava sendo construída no município de Simão Dias (SOUZA, 2016). Essa Unidade de Ensino denominar-se-ia Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto.

Entretanto, a demora para conclusão da obra levou a ocorrência dos referidos Exames de Admissão apenas em 07 e 08 de maio de 1963. Os mesmos foram considerados de 2ª época por terem sido aplicados dentro do próprio ano letivo, uma vez que, sempre os exames ocorriam em dezembro do ano anterior ao início das aulas.

Na matriz curricular organizada pela Unidade de Ensino, obedecendo aos ditames da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira de 20/12/1961 (LDB nº 4.024/1961), estava prevista uma Base Nacional Comum e uma Parte Diversificada (Artes Industriais, Atividades Agrícolas e Educação Para o Lar).

Na época, a oferta de disciplinas de Artes Industriais e de Atividades Agrícolas, no currículo do Industrial, foram decisivas para diferenciá-lo de um outro

Ginásio que funcionava na cidade desde 1958, mantido pela Campanha Nacional dos Educandários Gratuitos (CNEG), posterior Campanha Nacional das Escolas da Comunidade (CNEC), e que possuía o mesmo patrono (Dr. Carvalho Neto). Sendo assim, passou a ser reconhecido e identificado como **Ginásio Industrial** ou, simplesmente, **Industrial**. Os que foram contemporâneos de sua época, ainda trazem em sua memória a referência a esta denominação.

Tendo o 1º Exame de Admissão ocorrido nos dias 07 e 08 de maio de 1963, essa data passou a figurar como a fundação da unidade de ensino (07 de maio de 1963). Naquele Exame de Admissão ao curso ginásial foram inscritos 29 candidatos sendo apenas um eliminado (por não ter comparecido) e os demais foram aprovados.

O Ginásio Industrial era particular, cuja entidade mantenedora era o Centro Educacional de Simão Dias, porém reconhecido de utilidade pública, com isso também se tornava filantrópico. Dito de outra forma, “entidade civil sem fins lucrativos, de iniciativa particular, mas prestando serviço de caráter público” (SANTOS, 2003a, p. 40). Outrossim, a escola mantinha parceria com as diversas esferas do Poder Público (Federal, Estaduais e Municipais), a fim de garantir o acesso e a permanência de alunos de poder econômico baixo. A título de exemplo, temos a que foi realizada com a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor que, entre outras coisas, prestava assistencialismo a menores desvalidos economicamente. Para os estudantes provenientes da zona rural e de outras cidades, a escola mantinha um internato (a Casa do Estudante) em suas dependências para homens e mulheres com dormitórios e refeitório.

**Figura 1** – Placa de gratidão a parceria com a FUNABEM



Foto: Acervo do autor (2020).

As transformações advindas com a Lei nº 5.692/1971, de 11 de agosto de 1971, extinguiram os Exames de Admissão além de unificar os cursos Primário e Ginásial, passando a denominarem-se de 1º Grau, com duração de oito anos. Entretanto, a unidade escolar passou a ofertar apenas as quatro últimas séries da nova modalidade de ensino. Apesar da extinção dos exames de admissão, o Industrial permaneceu realizando as provas para ingresso na referida escola, não sabemos quais eram os motivos de tal ação.

Em 1972, o Industrial passou a ofertar vagas para o turno noturno, visando assim atrair a juventude trabalhadora. A partir de 1976, ocasionado por dificuldades financeiras, o Industrial foi doado, através de Escritura Pública para o Governo do Estado, na administração de José Rollemberg Leite. Este, através do Decreto-lei nº 3832/1977, transformou em Escola de 1º Grau Dr. Carvalho Neto, o antigo Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto. Atualmente, a referida unidade de ensino, denominada de Centro de Excelência Dr. Milton Dortas, oferta o Ensino Médio Integral e o Ensino Médio Regular (noturno).

Sobre o seu fundador, Lauro Ferreira do Nascimento, ainda carece de uma biografia. As poucas informações acerca dessa figura pública é que o mesmo nasceu na cidade Simão Dias/SE em 05 de março de 1927, falecendo em 2016. Formado em Direito, exerceu por longos anos a advocacia aposentando-se. Junto aos trâmites jurídicos, esteve ligado à educação exercendo diversos cargos em várias esferas do poder público. Na segunda metade da década de 1950 foi Diretor de Educação na Prefeitura de Aracaju/SE (GRAÇA, 2002) na administração de Roosevelt Dantas Cardoso de Menezes. Tornou-se por alguns anos Delegado do Ministério da Educação em Sergipe. Além do mais, tomou assento no Conselho Estadual de Educação de Sergipe. Na cidade natal, foi um dos fundadores do Ginásio Cenecista Carvalho Neto (SANTOS, 2003a), retirando-se da associação quando funda o Ginásio Industrial, que passou a ser concorrente daquele.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

O desenvolvimento deste trabalho, no campo da Ciência da Informação, fundamentou-se em dois descritores: **arquivos escolares e memória**. Esta vista enquanto memória social, conforme Santos (2003b). Aqueles enquanto estabelecimentos do segundo, ou seja, detentores da memória social, verdadeiras instituições da memória (SAVIANI, 2013). Dito de outra forma, os acervos, em sua forma primária, que constituem os arquivos, neste caso os escolares, reúnem documentos escritos a partir das finalidades para as quais foram criados, os quais servem para comprovação de direitos e que são também testemunhos de fatos e acontecimentos de um período histórico. Mas, o olhar do pesquisador pode observar, em sua forma secundária, informações que, reunidas, resgatam e/ou recordam a memória social de uma localidade e região a qual está inserida. É por este caminho que seguimos.

### 2.1 Arquivos escolares e os seus documentos

Muitos estudiosos consideram a Ciência da Informação enquanto interdisciplinar (FONSECA, 2005). Isso ocorre em virtude da mesma ter em seu “estatuto” a concepção fundamentada na informação. Com isto agrega diversas disciplinas que têm na informação esse fundamento caracterizador. Entre essas disciplinas estão a Biblioteconomia, a Museologia e a Arquivologia. A informação tratada pela Arquivologia é aquela que pode ser encontrada nos arquivos públicos ou particulares, pessoais ou institucionais. Entre os arquivos institucionais estão os escolares. Estes são regidos pela Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que trata da Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados. Isso porque, o próprio conceito de arquivo, e no nosso caso, de arquivo escolar, diz que o referido acervo é oriundo do processo de produção e recepção, no exercício de suas funções (educacionais), pelo órgão público ou privado. Os documentos de arquivos são considerados para as escolas públicas enquanto documentos públicos e, para as escolas particulares, documentos particulares de interesse público (BRASIL, 1991).

O acervo se constitui a partir de documentos que comprovam o dia a dia da escola. São produzidos de forma consciente ou intencional, ou seja, leva-se em consideração “os motivos para os quais foram produzidas, as circunstâncias dessas

produções e a relação dos autores com os órgãos da administração do ensino” (FURTADO, 2011, p. 157). Independente do grau de consciência ou intencionalidade (GONÇALVES, 2009). Serão elaborados: atas de rendimento, diários de classe, fichas de matrículas, planos de curso, livros de ponto, além dos prontuários de alunos e servidores que reúnem diversos outros documentos e outras tantas tipologias documentais. Além do mais, as unidades de ensino receberão também outros tantos documentos, tais como declaração de escolaridade, correspondências, portfólio de orientações educacionais, portarias e decretos, entre outros.

Os arquivos históricos escolares são fontes informação essenciais para história e historiografia da educação, pois arrolam dados fundamentais sobre a gestão escolar, como o número de matrículas, níveis de repetência, evasão, etc., além de documentos que relatam as práticas pedagógicas, como os currículos e planejamentos escolares, que mais do que documentos técnicos são partes essenciais para a construção da identidade da escola (SOUZA, 2016, p. 168).

O alinhamento da História da Educação com a História Cultural possibilitou o surgimento de um olhar importante para os arquivos escolares a partir da década de 1990. Estes arquivos vão fundamentar a reconstituição da cultura material escolar das unidades educacionais (GONÇALVES, 2009). Dito de outra forma, os olhares dos pesquisadores direcionaram-se para os arquivos escolares e suas fontes, evidenciando sua importância, decorrente das influências advindas pela nova corrente historiográfica, que se concretizou com a ampliação da proposta epistemológica e temática, dando lugar a pesquisa de objetos singulares (FURTADO, 2011).

Saviani (2013) considerou que os arquivos escolares são instituições de memória, pois os referidos acervos são parte da memória coletiva de todos que passaram pela instituição escolar bem como parte da memória da sociedade da qual está inserida, que se identifica por um elo de pertencimento. Corroborando com este pensamento, Vieira apresentou expectativa positiva ao ver que nos arquivos escolares podem ser encontrados documentos que propiciam “à preservação da memória educacional e à possibilidade de serem utilizados na pesquisa” (VIEIRA, 2013, p. 68).

Anteriormente, Furtado (2011) já havia apontado que, nos arquivos escolares serão encontradas as mais diversas tipologias documentais que vão se referir a memória, responsável em identificar a escola enquanto parte da identidade de uma sociedade em um determinado período histórico. As relações sociais entre as

instituições de ensino e a sociedade também são defendidas por Vieira (2013) enquanto informações a serem encontradas nos arquivos da educação, também podendo ter contato com experiências de políticas públicas pretéritas.

Concomitante, Abud (2012) aponta que os arquivos escolares serão unidades informacionais onde ocorrem as indagações e respostas enquanto “suportes de memória” localizados nas estantes. Posteriormente, Pinheiro (2016) afirmou que os arquivos escolares “armazenam as informações de trajetória de vida das pessoas, relatam a memória da escola e podem influenciar nas tomadas de decisão”. Ideia essa complementada por Oliva ao dizer que

Nos documentos esconde-se a memória [...] o registro de fatos referentes a vidas que iniciavam a sua projeção para além dos círculos familiares, os primeiros passos de futuras grandes personalidades e de várias outras que continuaram, modestas, a vida dos homens e mulheres comuns (OLIVA, 2015, p. 42).

Os arquivos escolares constituem-se de documentos dos quais podem ser extraídas informações acerca da identidade da instituição educacional no que se refere a sua organização. Os mesmos documentos ao serem organizados estarão preparados para as inúmeras interpretações, análises e produções científicas. É a ideia defendida por Ferreira (2017) ao dar a sua contribuição ao incremento de pesquisas em arquivos escolares.

Entretanto, diversos autores apontam para a dificuldade encontrada nos arquivos escolares, no que tange à questão de acesso à informação. Isso é ocasionado, na maioria das vezes, pelo tratamento dado aos referidos documentos por parte dos gestores educacionais (FURTADO, 2011). Nesse sentido, a expressão pejorativa “arquivo morto” acaba sendo traduzida de forma denotativa na importância dada aos acervos: uma massa documental colocada em depósitos insalubres, sem vida, nos quais são guardados de qualquer forma, facilitando assim o processo de decomposição por elementos químicos e naturais, relegados ao esquecimento como algo indesejado e inútil.

Os fatos mencionados anteriormente são causados pela falta de hábito em se preservar a memória, aponta Ruckstadter e Tanno (2016). As mesmas autoras vão além uma vez que também observaram que em alguns arquivos organizados podem apresentar dificuldade no acesso à informação quando não se tem critérios para a

elaboração de catálogos, enquanto instrumentos que tentam facilitar o acesso às fontes e, às informações contidas nos documentos.

Em grande parte das instituições de ensino, a preocupação se dá apenas em manter à mão os documentos produzidos pela atual gestão bem como os prontuários dos alunos matriculados no respectivo ano letivo e prontuários de ex-alunos e ex-servidores organizados apenas por ordem alfabética. A indiferença e o descuido foram adjetivos negativos qualificados por Oliva (2015) enquanto características de uma má educação contrária ao que se propõe uma instituição de ensino.

Resistência em se ter acesso aos acervos escolares, bem como falta de preparo para a gestão documental por parte dos gestores foram também observados por Ferreira (2017). Ou seja, os documentos, nos arquivos escolares, em sua grande maioria, não estão arquivados de forma adequada, dificultando os consultantes a realizar suas pesquisas (HOFFMANN; SILVA; ZOTTI, 2014). Arquivos vistos, com bastante frequência, e mantidos de forma precária, já haviam sido denunciados por Vieira (2013). Nesta mesma linha, Alves (2015, p. 21), ao iniciar as suas “aventuras” em um arquivo escolar, enquanto base para a sua pesquisa de doutoramento, encontrou “um emaranhado de papéis sem qualquer organização e acondicionamento”.

Na contramão da realidade de muitos arquivos escolares, os autores são unânimes em considerar a importância da manutenção e preservação dos acervos. Estes quando organizados garantem o desenvolvimento da pesquisa, uma vez que facilitam e reduzem o tempo do pesquisador (SAVIANI, 2013). Este raciocínio é compartilhado por Orso (2013) o qual acredita que uma relação forte entre o pesquisador e suas fontes se dá quando o mesmo não perde muito tempo de pesquisa para encontrá-las em virtude de acervos organizados e preservados. Preservado, organizado e acessível são as qualidades defendidas por Vieira (2013) ao dizer que nas instituições escolares são espaços onde se constitui a relação entre memória, arquivos, documentos e novas tecnologias.

Ao estabelecer o sinônimo de acervos escolares enquanto patrimônio documental, Ruckstadter e Tanno (2016) defendem que a preservação dos referidos arquivos escolares é parte da preservação do patrimônio cultural nacional. Essa defesa foi também apontada por Oliva (2015), a autora assinala que a preservação do

patrimônio documental faz parte daquilo que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entende enquanto bem cultural material e que deve ser preservado. Continua, ainda, esclarecendo que um dos mecanismos para esta preservação é quando um Centro de Memória passa a ter a custódia de um arquivo escolar (OLIVA, 2015).

## **2.2 A memória: conceito e aplicação na Ciência da Informação.**

O conceito de memória e suas derivações: memória social, coletiva, institucional, entre outros, são definidos por diversos autores em várias áreas do conhecimento. Seja na História, na Sociologia e também na própria Ciência da Informação. Portanto, memória é interdisciplinar. Na Ciência da Informação é uma definição ainda em construção tal como o de memória social e de memória institucional (CORTES, 2019).

Diante desta perspectiva entre memória e informação é que Oliveira e Rodrigues (2011) vão considerar que a Ciência da Informação se apropriou do conceito de memória, reformulando-o em relação à informação. Essa apropriação e transformação do conceito de memória deram-se em virtude de uma tendência internacional e pela própria interdisciplinaridade vista na Ciência da Informação, a qual agrega pesquisadores provenientes de diversas áreas o conhecimento, tais como Biblioteconomia, Documentação, Museologia, Arquivologia, dentre outras. Estas áreas se fundamentam na informação enquanto elemento comum. Apesar disso, a memória, enquanto tema analítico da Ciência da Informação, ainda é periférico apesar de relevante.

Para essas pesquisadoras: “informação é o atrator do conceito de memória no âmbito da Ciência da Informação no Brasil” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 318). As mesmas vão elencar diversos outros atratores do conceito de memória para a Ciência da Informação tais como: documento, instituição, social, biblioteca, cultura e história, com mais eficácia; e, esquecimento, lembrar, recordar, tempo e espaço, com menos eficácia. Nesse sentido, “a preservação das informações ou dos documentos possibilita a (re) construção de parte da memória de uma coletividade, seja um país ou uma instituição” (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 323)

Silva Junior e Oliveira (2018) também estabeleceram uma relação entre memória e informação. Eles vão considerar que a informação influencia a construção



da memória e esta, por sua vez, é reconstruída no tempo presente. Isso porque, ocorreu uma aproximação da memória aos paradigmas da Ciência da Informação (CORTES, 2019). A mesma autora também considerou que a informação e a memória farão parte do campo de conhecimento da Ciência da Informação (CORTES, 2019).

A construção da memória é social como bem analisa Santos (2003b) ao revisitar diversos pensadores da teoria social. A autora observou nos teóricos sociais que a memória é uma construção da vida em sociedade. As próprias convenções sociais são expressões da memória uma vez que os membros de uma dada sociedade utilizam aspectos oriundos do passado, preservando-os no tempo presente.

[...] a memória é o resultado de reiteradas tentativas de reconstrução do passado; a falta de precisão da memória não implica em esquecimento de eventos passados, mas do processo seletivo pelo qual indivíduos estão sempre reconstruindo experiências através de sua inserção no mundo que os cerca (SANTOS, 2003b, p. 62-63).

Corroborando com essa ideia recentemente, em estudos no próprio campo da Ciência da Informação, Cortes utiliza como base teórica o referencial de Pierre Nora, ao considerar que, segundo este autor: “A memória emerge de um grupo social” (NORA, 1990 *apud* CORTES, 2019, p. 22).

Para o historiador Le Goff (1996), a memória tem a capacidade de conservar certas informações enquanto impressões do passado, naquilo que se entende enquanto memória histórica e social. Nesse sentido, faz-se necessário a preservação daquilo que possibilita a materialização dessa memória, ou seja, a preservação dos vestígios encontrados nas mais diversas formas de documentos em seus variados suportes (CORTES, 2019). A perda dessa memória pode assim ocasionar uma crise na própria identidade coletiva. Diante disso, é necessário deter uma grande quantidade de informações para garantir a preservação da memória e consequentemente, a identidade coletiva (LE GOFF, 1996).

E, em se tratando de identidade coletiva, Santos (2003b) converge no mesmo sentido pois o indivíduo irá definir sua identidade usando, de forma contínua, o próprio passado. Os autores Silva Junior e Oliveira (2018) vão considerar que a memória legitima e preserva a identidade. Com isto, os indivíduos ou os grupos buscam suas identidades através da memória, uma vez que a identidade é algo a ser construído, valendo-se da própria memória. Anteriormente, Le Goff (1996) discorreu que, ao longo da história, seja nas sociedades sem escrita ou as que passaram a fazer

o registro da informação nos mais variados tipos de suporte, deter a memória significou um elo com a própria identidade.

O mesmo historiador apresentou a memória coletiva e social numa relação com o poder. Nas sociedades sem escrita, a detenção da memória coletiva possibilitou a coesão do grupo. Nas primeiras sociedades que dominaram a escrita, a memória estava relacionada a um elemento comemorativo, ao armazenamento das informações e à possibilidade de rever a própria informação.

Em outra frente, Santos (2003b) visualizou que as relações estabelecidas pelos indivíduos serão responsáveis em criar os mecanismos definidores das lembranças que se traduzem em memória coletiva. Uma vez que esta memória deve ser entendida a partir “das circunstâncias e contextos” (SANTOS, 2003b, p. 64) em que está inserida, portanto ela é social.

Equivalente a isso, “a memória é um fenômeno de construção social” (THIESEN, 2013 *apud* CORTES, 2019, p. 23). Além disto, Oliveira e Rodrigues consideram que a definição de memória perpassa pelo social uma vez que:

o foco recai sobre registros da informação como memória socialmente construída, representada e compartilhada por um grupo, estejam eles institucionalizados (compondo os acervos de arquivos, bibliotecas e museus) ou não (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 315).

Considerando que as práticas sociais são sinais de uma dada memória (THIESEN, 2013 *apud* CORTES, 2019), temos então a concepção que a memória social perpassa pela memória institucional, uma vez que esta é o resultado de percurso e experiências da humanidade. A análise da autora reflete que o processo de lembrar e esquecer são fatores para a “construção social da memória em instituições”. Esta institucionalização já havia sido estudada por Le Goff (1996) ao considerar que as sociedades da escrita criaram instituições que tinham como função a guarda das próprias recordações (arquivos, museus e bibliotecas). Passando a utilizar, enquanto suporte, o recurso escrito, uma vez que, a escrita torna durável, ampliando a memória natural que é frágil.

Com a origem das instituições, alimentadas pela reprodução das práticas sociais, tem-se na visão de Cortes (2019) a própria gênese da memória. Isso se dá, continua a autora, através de uma relação entre o indivíduo e o seu processo de socialização. O resgate da memória institucional deve ser compreendido a partir das

múltiplas dimensões que contornam a sua constituição e presença na sociedade em um determinado período histórico, podendo observar como se deu o processo de construção de identidade [...] em uma determinada sociedade (SILVA et al, 2015, p. 164).

Adentra-se, assim, à função da memória institucional que é de “potencializar as atuações e representações coletivas da memória podendo reforçar a identidade de uma instituição para a sociedade” (FERREIRA, 2014 *apud* CORTES, 2019, p. 35). Nesse sentido, o caminho a ser seguido é o “conhecimento da documentação [da qual] visa levar a comunidade escolar a compreender a importância na reconstrução da memória institucional” (SILVA et al. 2015, p. 160). Posteriormente, Silva Junior e Oliveira (2018) vão afirmar que a ideia de pertencimento, proveniente da identidade, perpassa pela memória que faz um movimento do presente para o passado. Isso porque, a memória institucional traz o sujeito para a sua identidade, ou seja, é o que faz o indivíduo ter a ideia de reconhecimento e de pertencimento (CORTES, 2019).

Haja visto o que foi aqui discorrido, o tratamento, a ser realizado nos documentos de um arquivo escolar, evidencia o resgate da memória social enquanto elemento de pertencimento e identidade de uma dada sociedade que se reencontra no próprio reavivamento das suas lembranças. E estas lembranças são vivenciadas ao mesmo tempo em que se reativa a memória institucional. De acordo com Tavares e Loureiro (2017, p. 74), “o arquivo [...] é organizado e articulado a fim de subsidiar as construções da memória social”. Ou seja, essa assertiva aponta simplesmente que através de documentos de arquivos é possível resgatar a memória social.

### 3 METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos propostos, fez-se necessário traçar de que forma a pesquisa seria desenvolvida para termos concretizados neste trabalho monográfico. Assim, discorreremos sobre o critério de análise dos dados utilizados, além das tipologias da pesquisa, do procedimento técnico e das formas de abordagens.

#### 3.1 Marco temporal

Delimitamos, durante o planejamento que logrou este trabalho, os anos de 1963 a 1977 enquanto marco temporal. Isso porque foi em 1963 que teve início as atividades escolares, através de Exame de Admissão ao curso Ginásial para alunos provenientes do curso Primário, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961. Demarcamos o ano de 1977 como data-fim, uma vez que neste ano, através do Decreto-Lei nº 3.832/1977, o Governo do Estado transformou o Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto em Escola de 1º Grau Dr. Carvalho Neto, dando prosseguimento as normativas estabelecidas no ato de doação previsto desde o ano anterior (1976).

#### 3.2 Tipologias da pesquisa

No que se refere à natureza da pesquisa, que resultou neste trabalho, foi **aplicada** pois, na tentativa de solucionar problemas, produziu conhecimentos, de acordo com Gerhardt e Silveira (2009). Definição compartilhada também por Souza (2013) quando coloca que a pesquisa aplicada origina ideias para aquisição ou geração de saberes com o intuito de resolver problemas gerais ou específicos.

De acordo com Cervo, Bervian e Da Silva (2007), do ponto de vista dos objetivos, este trabalho foi resultado de uma pesquisa **descritiva**, isto porque pretendeu-se ver de que forma e circunstância o fenômeno ocorreu, qual a sua frequência e características que se manifestou em determinados grupos ou comunidades. Completando esta definição, Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 102) apontam para a busca das informações referentes “as propriedades, as características

e os perfis de pessoas, grupos, comunidades, processos, objetos ou qualquer outro fenômeno”.

### 3.3 O procedimento técnico da pesquisa

O alcance dos objetivos propostos na fase da pesquisa somente foi possível pelo fato de termos realizado, enquanto procedimento, a **pesquisa documental**, definida como sendo “aquela em que os dados obtidos são estritamente provenientes de documentos com o objetivo de extrair informações neles contidos, a fim de compreender um fenômeno” (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015, p. 244).

Garcia Junior, Medeiros e Augusta (2017, p. 141) vão considerar que esse procedimento se efetuou na análise de documentos escritos com o propósito de entender situações econômicas e sociais. Afirmam-se assim que: “Os documentos estão ligados às suas realidades sociais e dizem muito a respeito das sociedades aos quais foram ou estão inseridos” (GARCIA JUNIOR; MEDEIROS; AUGUSTA, 2017, p. 143).

Os teóricos da pesquisa documental, tais como Martins e Theóphilo (2009) e Cechinel (2016) foram unânimes em dizer que os documentos a serem utilizados em tal pesquisa possuem, enquanto característica peculiar, o fato deles ainda não terem sido tratados de forma analítica. Entre as vantagens dessa forma de pesquisa, apontada por Kripka, Scheller e Bonotto (2015) estão no fato de que os documentos são uma fonte estável, de cuja informação é contextualizada além do que, são apropriados para estudos de fenômenos ao longo do tempo.

Cechinel (2016) concomitante com por sua vez, apontou que na pesquisa documental devem ser observados os seguintes elementos: contexto, autores, autenticidade e confiabilidade, a natureza do texto e conceitos-chave. Para Kripka, Scheller e Bonotto (2015) a escolha dos documentos é feita levando em consideração ao conteúdo, ao contexto, à utilização e a função para qual foi criado.

Para que as informações das quais foram recolhidas, tratadas e interpretadas pelo pesquisador possam ser revestidas de veracidade e/ou fidedignidade, fez-se necessário a utilização de outros documentos (intertextualidade de documentos), cujas informações poder ser obtidas a partir de outros procedimentos metodológicos (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

### 3.4 A forma de abordagem dos dados

Duas foram as formas de abordagem dos dados coletados antes da realização da nossa síntese: a **qualitativa** e a **quantitativa**. Entretanto, Martins e Theóphilo (2009) não descartam a possibilidade de se avaliar por ambas as formas. Seguimos, portanto, pelas duas abordagens visto que elas são complementares.

Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 416-417) apontam que através do enfoque qualitativo a obtenção dos dados “serão transformados em informações [...] nas próprias formas de expressão de cada um deles” ou seja, os “significados e razões internas do comportamento humano”. Os mesmos autores também vão apresentar características que definem a natureza da abordagem qualitativa como sendo a estruturação dos dados, os objetivos da análise, sendo essa contextual além de existir uma flexibilização do ato de interpretar para se obter as conclusões (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). Entretanto, para Kripka, Scheller e Bonotto (2015, p. 243) as análises qualitativas “buscam compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde esses ocorrem em do qual faz parte”.

De formato diferente, as análises quantitativas

são aquelas em que os dados e as evidências coletadas podem ser quantificados, mensurados. Os dados são filtrados, organizados e tabulados, enfim, preparados para serem submetidos a técnicas e/ou testes estatísticos (MARTINS; THEÓPHILO, 2009, p. 107).

Podendo assim dizer que os dados coletados foram classificados, ou seja, observada a frequência em que ocorrem, quantificados, transformado em indicadores ou termos do conceito. Este processo nada mais foi do que mensurar ou medir de acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013).

Mas, para conseguir a melhor disposição dos dados coletados, fez-se necessária a utilização de um *software*. Nesse caso, recorreremos ao *Excel do Microsoft Windows®* para a formação de um banco de dados. Esse programa facilitou a exploração dos dados e preparação para interpretação e posterior apresentação dos resultados. A planilha elaborada no *Excel* foi construída a partir de 38 (trinta e oito) campos ou colunas. Estas se constituíram de informações referentes à identificação do número da caixa da qual encontrava-se o prontuário, nome do aluno, sexo, resultados do Exame de Admissão realizado ou não realizado pelo aluno, endereço,

cidade e escola de procedência (curso primário), quem atestou ou certificou, nomes dos pais e ocupações, lugar e data de nascimento, idade, vida escolar, admissão e séries estudadas quando da transferência, teor e assinatura do atestado de caráter e observações.

## **4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Conforme já foi considerado em tópicos anteriores, a memória social representativa de ações, fatos e acontecimentos de um determinado grupo, que se identificam através de um sentimento de pertencimento relacionado a um local. Sendo os arquivos escolares um lugar de memória, passaremos assim a interpretar, apontar, identificar e analisar os elementos dessa memória social a partir dos dados empíricos extraídos dos documentos arquivísticos que resgatam os verdadeiros protagonistas do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto, ou seja, seus alunos, com seus anseios, ansiedades, conquistas, decepções, desistências, recomeços, quedas e vitórias, alcançando o sucesso escolar.

### **4.1 O arquivo, os prontuários, as atas e os documentos.**

A fonte de informação (ou lugar de memória) utilizada para elaboração deste trabalho monográfico foi o Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS. A gestão do arquivo escolar, do ponto de vista da memória social, tem o potencial de reconstituir a trajetória da comunidade escolar estabelecida pela unidade de ensino. Dessa forma, são reforçadas as questões identitárias dessa comunidade e as atividades-fim da instituição são atribuídas de sentido e significado.

Do ponto de vista da construção do conhecimento, é mais importante que os efeitos do fazer educacional sejam verificáveis à longo prazo, de modo que o fenômeno da educação adquira o peso social devido e, conseqüentemente, a visibilidade e o reconhecimento necessários à sua continuidade. Por meio da teoria da Documentação, é possível o resgate dos indicadores pregressos dos ginásianos do Industrial, assim como a projeção para o tempo presente, de modo que a memória social se encontre explicitada e passível de tornar-se material pesquisável e divulgável.

O fundo documental selecionado para a pesquisa está integrado à unidade de ensino que pertence à Rede Estadual, localizada no município sergipano de Simão Dias. Conforme já dito na introdução deste ensaio, sua origem foi o Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto, quando funcionava de forma particular e sem fins lucrativos entre os anos de 1963 a 1976. Nessa ocasião, quando foi doado todo o seu patrimônio para



o Governo do Estado que, no ano seguinte o transformou em Escola de 1º Grau Dr. Carvalho Neto.

Sendo assim, e para se alcançar os objetivos propostos, a documentação explorada foi aquela que dizia respeito ao período do Industrial (1963-1977). As séries documentais “garimpadas” no acervo foram de duas tipologias: os prontuários de ex-alunos e o livro de atas dos exames de admissão.

No que se alude aos prontuários, enquanto conjunto documental de um dado aluno, esses são constituídos a partir de diversas tipologias. Para os discentes que se candidataram ao Exame de Admissão (Lei nº 4.024/1961) eram exigidos o registro civil (nascimento ou casamento), atestados de saúde e de vacinação (expedidos por médicos) e de escolaridade (estudos anteriores), podendo ser atestado de satisfatória educação primária (assinado por um professor primário) ou certificado de conclusão do curso primário (outorgado pelo diretor do estabelecimento escolar).

Em relação aos alunos que ingressaram no Ginásio Industrial através de transferências de outras unidades de ensino congêneres era imprescindível apresentar enquanto documento comprobatório dos estudos anteriores as Guias de Transferência. Estes documentos registravam os dados civis e a vida escolar. Outra informação contida em alguns desses documentos é uma declaração referente ao caráter do aluno.

Outros documentos constantes também nos prontuários eram as fichas de educação física e as de matrículas (preenchidas pela secretaria escolar) e diversos requerimentos assinados pelos discentes com solicitações várias (inscrição no Admissão, de matrícula ou inscrição na 2ª Época, quando reprovados nos Exames Finais).

É interessante observar que, independentemente dos documentos terem sido criados no interior da U.E. ou para além deste espaço, eles apresentam a intenção educacional. Os atestados médicos e as certidões civis, por mais que foram elaborados em outros ambientes fora da escola, foram motivados para fins escolares. Nos atestados de saúde, por exemplo, é anotado que tal exame ou vacinação é realizado com fins educacionais ou para o Admissão. Já nas certidões de nascimento encontramos informações passadas pelo tabelião ou escrevente que a referida certidão está “isenta de selos por motivos escolares”.

Outra série documental analisada foram as atas de exames de admissão. Estas se constituem enquanto registros sínteses de cada exame realizado no Industrial. Elas informam as datas dos exames, a banca examinadora (geralmente com três docentes), a relação dos candidatos e suas respectivas notas em cada avaliação e o resultado final. Essas atas foram encontradas em duas formas: atas individuais de cada exame (1ª e/ou 2ª Época) ou todas juntas no Livro intitulado Atas de Exames de Admissão.

Na fase de elaboração do projeto, tínhamos em mente, analisar todos os prontuários baseados no número de inscritos nos Exames de Admissão. Entretanto quando da coleta dos dados, entendemos que seria impossível em virtude de dois motivos: primeiramente, o arquivo escolar está passando por um lento processo de reorganização, a partir de orientação de manuais arquivísticos. Sendo assim, muitos são os prontuários que ainda não foram identificados e classificados. Para, além disso, o segundo motivo refere-se a muitos prontuários estarem sem possibilidades de manuseio em virtude de um estado avançado de decomposição causado por agentes externos biológicos. Ou seja, conforme apontaram Kripka, Scheller e Bonotto (2015), a danificação causada por agentes externos podem ocasionar dificuldades na pesquisa.

## **4.2 Característicos**

O termo “característicos”, que aparece nas fichas de matrícula cadastrais utilizadas pelo Ginásio Industrial, é um tópico onde encontramos os dados identitários do aluno e alguns conteúdos pregressos: nome, local e data de nascimento, filiação, endereço e um espaço destinado a observações. Sendo assim, passaremos agora a realizar as análises decorrentes das informações extraídas deste tópico e de outros documentos pessoais dos alunos que se encontram em seus prontuários.

Considerando que o processo de coleta foi realizado em 350 (trezentos e cinquenta) prontuários de alunos, destes 133 (cento e trinta e três) são de estudantes mulheres e 217 (duzentos e dezessete), de estudantes homens. Ao verificarmos entre os concludentes do curso Ginásial (1966 a 1971) e do curso de 1º Grau (1972 a 1977), também prevalece a maioria entre os homens: 61 (sessenta e um) no total de 94 (noventa e quatro) concludentes.

No que se refere a idade de cada ginasiano, vai existir uma grande variação, fazendo com que entendamos que diversas gerações conviveram juntas no mesmo período escolar. A média de idade feita entre os 350 (trezentos e cinquenta) estudantes analisados nos dá mais ou menos 18 anos como a idade média da qual permeia os estudantes matriculados nos anos letivos que funcionou o Ginásio Industrial. Entretanto, entre os 94 (noventa e quatro) concludentes do curso Ginasial/1º Grau, resultado da nossa amostragem, essa média de idade sobe para 19 (dezenove) anos.

Esses dados apurados na média da idade dos alunos apresentam uma configuração de distorção idade-série, ou seja, a idade do aluno não é propícia para série conforme prevê a legislação. A LDB nº 4.024/1961 dizia que a idade mínima que o candidato ao Admissão teria era de 11 (onze) anos completo (BRASIL, 1961) enquanto que a LDB nº 5.692/1971 colocava que a idade obrigatória para os estudantes do 1º Grau era dos 07 (sete) aos 14 (quatorze) anos, ou seja, o aluno deveria concluir o 1º Grau com 14 (quatorze) anos de idade.

A distorção na idade-série encontrada entre os discentes do Industrial pode ser entendida pela defasagem da oferta do curso Ginasial em Simão Dias, uma vez que, apenas duas unidades de ensino o ofertava, sendo a primeira desde o ano de 1957. Santos (2003a), ao analisar o sistema educacional brasileiro na década de 1950, coloca que os educadores brasileiros lutavam pela ampliação do acesso à escola, contrário ao projeto da elite brasileira que dizia apenas que o ensino primário deveria ser a preocupação do Estado, pois o ensino secundário não condiz com as camadas mais pobres da sociedade.

Outro elemento que pode ser entendido como causa para essa distorção idade-série estava relacionado aos estudos anteriores ao Ginásio ou ao 1º Grau maior:

A escola primária pública era considerada incompetente no preparo dos alunos. Uma das razões mais apontadas por jornalistas, educadores e demais intelectuais era a falta de preparo dos professores, em muitos casos admitidos por apadrinhamento político, sem terem sequer o nível educacional mínimo exigido (GRAÇA, 2002, p. 63).

No que diz respeito a filiação, apenas 16 (dezesesseis) alunos não foram registrados com o nome do pai. Além do mais, como existe uma diferença entre os cartórios no que se diz respeito ao instrumental que serve para preenchimento da Certidão de Nascimento, podemos encontrar alguns casos que existem outras

informações sobre as filiações, tais como: 10 (dez) estudantes foram considerados filhos ilegítimos (provavelmente os pais não eram casados), 01 (um) aluno foi reconhecido pelo pai posteriormente ao seu nascimento e 03 (três), tinham o pai já falecido; situação análoga de 01 (um) aluno cuja genitora também já era falecida.

A documentação encontrada nos prontuários, principalmente as certidões de nascimento, dá informação acerca da profissão dos pais de alguns alunos. Entre as mães, a principal ocupação foi doméstica (lembrando que, no contexto da época, equivale hoje a profissão “do lar”, ou seja, ocupava-se dos afazeres domésticos em sua própria residência), totalizando 79 (setenta e nove). As outras profissões são em menor número: 02 (duas) costureiras, 01 (uma) enfermeira, 01 (uma) lavradora e 01 (uma) professora.

Entre os ofícios que se ocupavam a figura do pai, temos a grande maioria ligada ao trabalho com a terra: 39 (trinta e nove) lavradores e 02 (dois) agricultores; estas são seguidas pelas atividades comerciais: 09 (nove) comerciantes, 01 (um) comerciário e 06 (seis) negociantes. Existiram 13 (treze) genitores declarados “artistas”, ou seja, eram artífices: “artesão ou operário especializado em determinado tipo de trabalho” (AULETE, 2011, p. 156). Em menor número, mas bastante variado, ocorreu: 01 (um) alfaiate, 02 (dois) barbeiros, 01 (um) carpinteiro, 01 (um) funcionário público, 01 (um) militar, 02 (dois) motoristas, 01 (um) pedreiro, 02 (dois) sapateiros e 01 (um) sacristão. Ainda contamos com dois pais que foram identificados com duas ocupações: 01 (um) era agricultor e comerciante e outro, “artista” e comerciante (provavelmente vendiam o que plantava e o que fabricava, respectivamente).

Os números expressivos da diversidade ocupacional dos pais, vistos no parágrafo anterior, referendam a observação feita por Santos (2003a) ao analisar a criação de diversas unidades de ensino que ofertavam o curso ginasial nas décadas de 1950 e 1960. O desejo dos filhos das classes populares e médias em frequentar o referido curso como possibilidade de ascensão social, garantido através de profissões bem remuneradas, tomando o controle do curso de sua história, ou seja, os ginasianos enxergavam a possibilidade do exercício profissional diferentes dos seus genitores.

Ao fazermos o cruzamento das filiações fica explícito que entre os estudantes, configuram alguns irmãos (em número de 02, 03 e até mesmo 04). Os mesmos, em alguns casos, frequentaram a escola no mesmo período ou então, a

saída de um coincidia com a matrícula inicial do outro. Entre estes irmãos, temos um caso de gêmeas (duas irmãs, entre quatro irmãos que frequentaram o Industrial), provenientes da cidade de Pinhão (SE).

As informações encontradas no campo “endereço” acabam sendo de difícil compreensão no que se refere oficialmente a residência dos estudantes, não conseguindo assim saber de forma explícita a procedência do aluno, algo que pode ser entendido apenas ao cruzarmos com os dados referentes ao nascimento ou aos estudos anteriores.

**Figura 2** – Placa comemorativa da inauguração das novas dependências do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto em Simão Dias/SE – ano: 1965



Foto: Acervo do autor (2020).

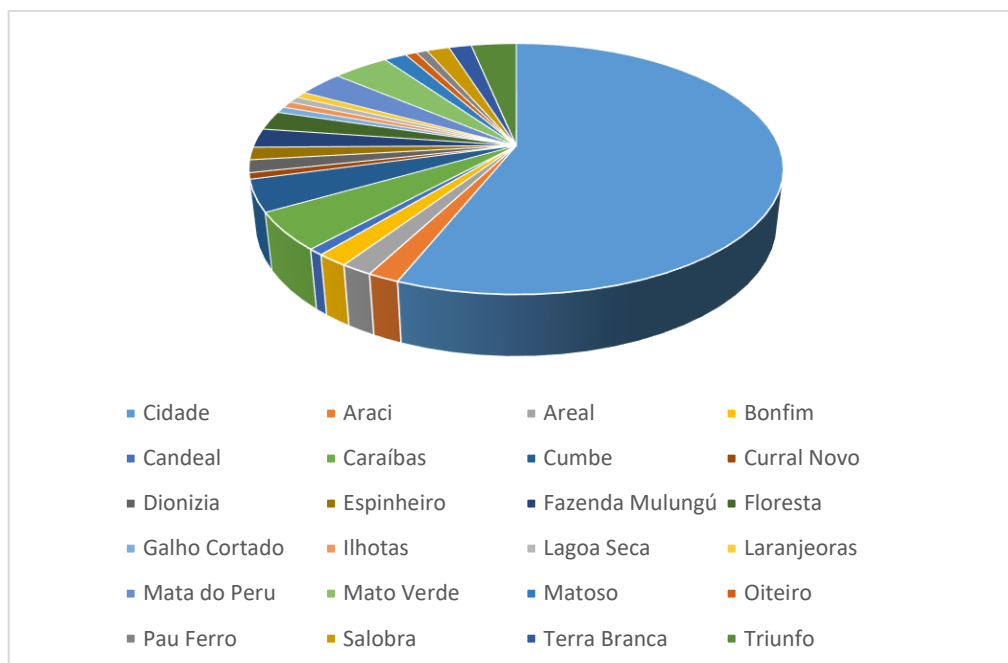
Essa dificuldade encontra-se justamente pelo fato de que, no momento da matrícula, aqueles que seriam destinados ao internato (Casa do Estudante) passavam a ter sua indicação de moradia o próprio estabelecimento de ensino. Entre os anos de 1963 a 1966 visualizamos, enquanto endereço de 17 (dezessete) alunos sendo destes, apenas 01 (uma) mulher, a Rua Floriano Peixoto. A partir de 1966, com a construção de um novo pavilhão do Ginásio Industrial na Avenida Brasília, ocorrido em 1965, graças à ajuda orçamentária garantida pelo mandato do Senador Leite Neto, um novo endereço passou a predominar nas fichas de matrícula. O empenho realizado pelo referido senador ocasionou a mudança do nome da avenida onde estava localizado o novo pavilhão, passando a denominar Avenida Senador Leite Neto como também, o referido pavilhão educacional, conforme a Figura 2. O novo endereço

pode ser visto nos prontuários de 66 (sessenta e seis) alunos, sendo endereço de 08 (oito) mulheres e 58 (cinquenta e oito) homens.

Conseguimos apurar um número significativo de estudantes com endereços de outros municípios. No que se refere ao estado de Sergipe, 67 (sessenta e sete) enquanto que, do estado da Bahia, vieram dar continuidade aos estudos, 27 (vinte e sete). Entre os endereços que mais aparecem dos municípios sergipanos é o de Pinhão. De lá procederam 31 (trinta e um) futuros ginasianos. No tocante aos endereços dos baianos, Paripiranga se destaca pois vieram 19 (dezenove) alunos para os bancos escolares do Industrial.

Outras duas tipologias documentais obrigatórias para os estudantes regidos pela LDB nº 6.024/1961 no ato da matrícula são o atestado de vacinação (principalmente contra a varíola) e o atestado de saúde física e mental. De acordo com Graça (2002), seria um mecanismo para afastar os deficientes dos bancos escolares. Entre os 350 prontuários da amostra da pesquisa, foi encontrado de uma estudante que possuía uma deficiência física na perna esquerda ocasionada pela poliomielite. Mas isto não foi motivo para o não-sucesso escolar. Entre reprovações e desistências, a aluna logrou êxito no curso ginásial, concluindo-o após 06 (seis) anos.

No que se refere ao local de nascimento dos ginasianos do Industrial, apurados nos 350 (trezentos e cinquenta) prontuários, a grande maioria nasceu no município de Simão Dias/SE. Era de se esperar em virtude da unidade de ensino estar localizada nessa localidade. No total de 123 (cento e vinte) alunos, 54 (cinquenta e quatro) nasceram na zona rural, existindo assim uma diversidade de localidades, como demonstrado no Gráfico 1.

**Gráfico 1** - Lugar de nascimento dos ginasianos em Simão Dias/SE

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

Dentre os estudantes que nasceram em outros municípios sergipanos temos um total de 77 (setenta e sete), que estiveram matriculados no curso Ginásial ou segunda fase do 1º Grau no Industrial Dr. Carvalho Neto. A Tabela 1 melhor apresenta esses números, levando em consideração ainda se o nascimento ocorreu nas zonas urbana ou rural.

**Tabela 1** – Naturalidade dos ginasianos sergipanos

Cidade	Zona urbana	Zona rural
Aracaju	04	----
Capela	01	----
Carira	03	----
Cedro de São João	01	----
Cristinápolis	02	----
Estância	01	----
Frei Paulo	----	01
Itabaiana	----	01
Itaporanga d' Ajuda	01	----
Lagarto	03	04
Pedra Mole	02	01
Pedrinhas	10	----
Pinhão	11	16
Poço Verde	08	02
Porto da Folha	01	----
Propriá	01	----
Riachão do Dantas	01	----
Santa Luzia do Itanhy	01	----
Siriri	01	----

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

Existe uma maioria de estudantes que nasceram no espaço urbano – 52 (cinquenta e dois) *versus* 25 (vinte e cinco) que nasceram no meio rural. Deste total, na variedade de local de nascimento dos sergipanos tivemos 01 (um) aluno nascido em Capela, em Cedro de São João, em Estância, em Itaporanga d' Ajuda, em Porto da Folha, em Propriá, em Riachão do Dantas, em Santa Luzia do Itanhy, em Siriri, em Frei Paulo e em Itabaiana, sendo que nestes dois últimos municípios, os ginasianos nasceram na zona rural.

Na capital sergipana, a cidade de Aracaju, nasceram 04 discentes industriais. Da cidade sertaneja de Carira, vieram ao mundo 03 (três) enquanto que da cidade de Cristinápolis, ao sul do Estado, 02 (dois). O mesmo número de alunos nasceu nas cidades de Pedrinhas e de Poço Verde – 10 (dez). Entretanto desta tivemos 08 (oito) nascidos na cidade e dois na zona rural, enquanto que naquela, todos nasceram na cidade.

Lagarto e Pinhão, municípios que se limitam com Simão Dias, teremos o número dos nascidos no meio rural maior dos que nasceram na zona urbana. Vieram para o Industrial 07 (sete) lagartenses, sendo que 04 (quatro) chegaram ao mundo em pleno meio agrário. Quando vemos os números dos nascidos em Pinhão, fica explicito que de lá veio o maior número. Com um total de 27 (vinte e sete) nascimentos, destes 16 (dezesseis) tiveram como local de nascimento o meio rural. Número inclusive maior de que qualquer município sergipano. Chama-nos atenção também que os lugares de maior procedência do mundo rural pinhãoense foram as localidades denominadas Serra Solteira e Beija-flor com 08 (oito) e 04 (quatro) estudantes, respectivamente.

No que se refere aos ginasianos nascidos fora do estado de Sergipe, a Tabela 2, apresenta esta síntese.



**Tabela 2 – Ginásianos não-sergipanos**

<b>Estado</b>	<b>Cidade</b>	<b>Zona urbana</b>	<b>Zona rural</b>
Alagoas	Mata Grande	1	---
Bahia	Cícero Dantas	6	3
Bahia	Adustina	4	---
Bahia	Alagoinhas	1	---
Bahia	Antas	1	---
Bahia	Paripiranga	21	16
Bahia	Fátima	1	1
Bahia	Coronel João Sá	1	---
Bahia	Feira de Santana	1	---
Bahia	Heliópolis	3	---
Bahia	Itabuna	2	---
Bahia	Itapetinga	1	---
Bahia	Itapicuru	1	---
Bahia	Paulo Afonso	1	---
Bahia	Ribeira do Pombal	2	2
Bahia	Rio Real	2	---
Bahia	Salvador	7	---
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	3	---
São Paulo	São Paulo	2	---

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

A grande maioria daqueles estudantes que cursaram o Industrial, cujo nascimento foi proveniente de outros municípios para além das fronteiras de Sergipe, veio da Bahia. Foi do município de Paripiranga, limítrofe com o de Simão Dias, onde mais nasceram os baianos que estudaram nessa unidade escolar, no total de 37 (trinta e sete), sendo o número de nascidos na cidade um pouco maior do que os nascidos na zona rural. Estes foram 16 (dezesesseis) e aqueles 21 (vinte e um). Em se tratando de um comparativo entre as zonas urbana e rural, daqueles que nasceram em Ribeira do Pombal temos metade-metade, ou seja, do total de 04 (quatro) alunos, 02 (dois) nasceram na cidade e 02 (dois) nasceram na zona rural. Situação igual para os nascidos em Fátima, sendo 01 (um) na cidade e 01 (um) na zona rural, totalizando 02 (dois). Porém, os ginásianos do Industrial que nasceram em Cícero Dantas, no total de 09 (nove), mais da metade, (06) seis, nasceram na cidade enquanto que 03 (três) vieram ao mundo no espaço agrário. Os demais alunos são nascidos no espaço urbano das demais cidades sendo 07 (sete) na capital baiana – Salvador, 04 (quatro) em Adustina, 03 (três) em Heliópolis, 02 (dois) em Itabuna e no Rio Real e 01 (um) nos demais municípios de Antas, de Alagoinhas, de Coronel João Sá, de Feira de Santana, de Itapetinga, de Itapicuru e de Paulo Afonso.

Além destes municípios, o Ginásio Industrial teve alunos provenientes de outros recintos: das Alagoas, veio 01 (um) do município de Mata Grande, e das capitais paulista e fluminense, vieram 2 (dois) e 3 (três), respectivamente.

Dos estudantes analisados, encontramos apenas 04 (quatro) ocorrências cujo estado civil era casado, pois a certidão de casamento fazia parte do conjunto de documentos do prontuário. Entre estes alunos havia um homem de 32 anos, negociante, que requereu matrícula na 5ª série em 1972, porém deixou de frequentar, sendo, portanto, desistente. Os outros 03 (três) eram mulheres. Uma, com 21 anos, cuja vida escolar resumiu-se entre 1967 e 1968 quando estudou com aprovação a 1ª e 2ª séries do Ginásio, porém não requereu matrícula para a série seguinte. A segunda estudante casada requereu matrícula para a 5ª série do curso de 1º Grau em 1973, porém desistiu de continuá-lo, tinha 34 (trinta e quatro) anos. E, a última, logrou êxito nos estudos, pois concluiu o curso Ginásial, sem reprovações ou desistência, aos 20 (vinte) anos, em 1969.

#### **4.3 Vida Escolar**

Três substantivos definem a vida escolar que se espera para cada estudante: o acesso, a permanência e o sucesso. O primeiro está relacionado a forma de ingresso. No caso do curso Ginásial (Lei nº 4.024/1961) através de Exames de Admissão e posterior matrícula caso tenha obtido aprovação. No curso de 1º Grau (Lei nº 5.692/1971) apenas pela matrícula. Outra forma de entendimento de acesso é aquela que se dá por transferência. Neste caso, é o acesso a outra unidade escolar congênere sem perda das séries estudadas. Pode ser entendido também por permanência nos estudos. A desistência e a reprovação são vistas como mecanismos de interrupção da permanência escolar. O não retorno destes alunos no ano seguinte, concretiza a interrupção dos estudos. O sucesso escolar se caracteriza pela conclusão do curso. Lembrando que, reprovações ou desistências ocorridas na trajetória da vida escolar, se superadas com a retomada, possibilitam também o sucesso escolar. Ou seja, a conclusão é entendida como sucesso.

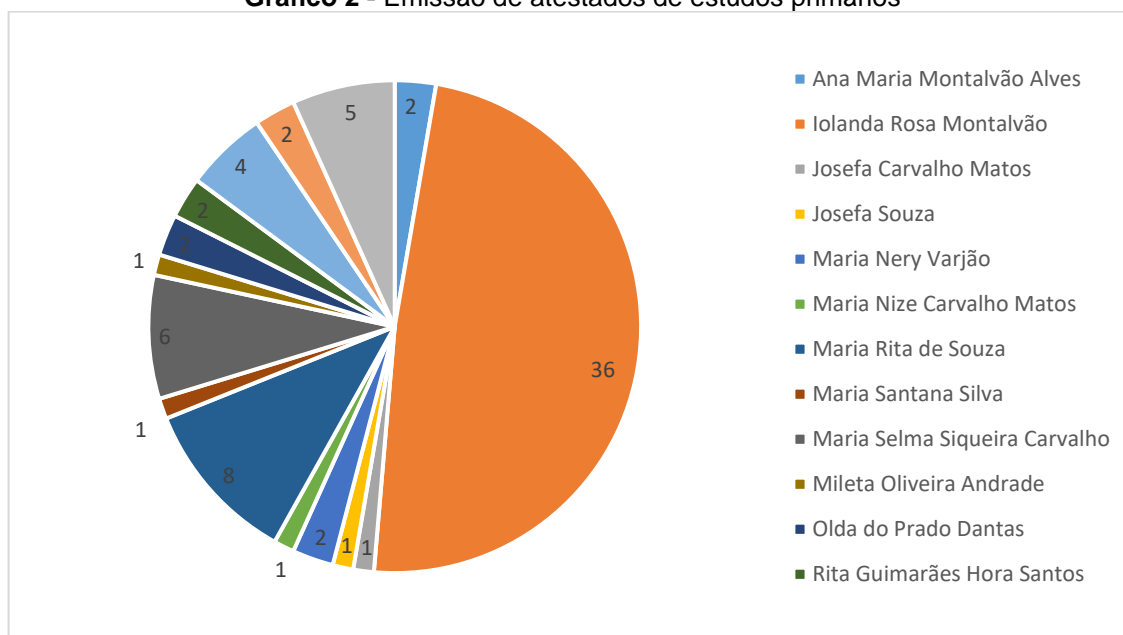
#### 4.3.1 Estudos anteriores

Conforme determinava a LDB nº 4.024/1961, o acesso ao Curso Ginásial (1º Ciclo da etapa Secundária) dava-se através de Exames de Admissão. Era condição fundamental, para que o candidato pudesse se inscrever, comprovação dos estudos anteriores, ou seja, o Curso Primário. Duas eram as formas de tal comprovação: atestado ou certificado de conclusão. Este era emitido pelo diretor da unidade escolar a qual o aluno concluiu; aquele geralmente expedido por um professor primário, não necessariamente aquele que o estudante teve em seu último ano de conclusão (4ª série Primária), isto porque, em alguns casos os estudantes podiam realizar cursos preparatórios para o Admissão. Em Aracaju/SE, por exemplo, no que se refere aos preparatórios eram

muitas vezes ministradas por velhas professoras primárias conhecidas e renomadas na cidade [...]. Sua clientela, além de constituir-se de alunos que cursavam a 4ª série elementar, era garantida, basicamente, pelo elevado número de estudantes que não conseguiam aprovação no primeiro exame ao qual submeteu (GRAÇA, 2002, p. 61).

De todos os prontuários analisados na fase da pesquisa, localizamos uma referência que uma determinada aluna fez preparatórios para Admissão em novembro de 1970 com a supervisão da professora Enedina Chagas Silva.

No tocante aos alunos submetidos aos Exames de Admissão ao Ginásio Industrial, 15 (quinze) professoras primárias atestaram “satisfatória educação primária” a 74 (setenta e quatro) estudantes, conforme podemos observar no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Emissão de atestados de estudos primários**

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

É interessante observar que algumas dessas professoras tinham ligação com o Centro Educacional de Simão Dias, isso porque além de manter o Ginásio Industrial, a entidade também realizava estudos preparatórios para o Exame Admissão. Podemos, assim, entender o grande número de alunos atestados pela professora Iolanda Rosa Montalvão pois a mesma acumulava as funções de secretária escolar do Industrial e a presidência do Centro Educacional de Simão Dias (entidade que mantinha o Industrial), além de ministrar aulas de Educação Física no curso Ginásial.

Já a professora Olda do Prado Dantas exercia a função de vice-diretora, além de ter ministrado aulas de Português. O próprio diretor, Dr. Lauro Ferreira do Nascimento, ministrava aulas de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira. Para além dessas professoras exibidas no Gráfico 2, a documentação escolar nos apresenta nomes de educadoras que atestaram a formação primária em outros municípios para além dos limites de Simão Dias.

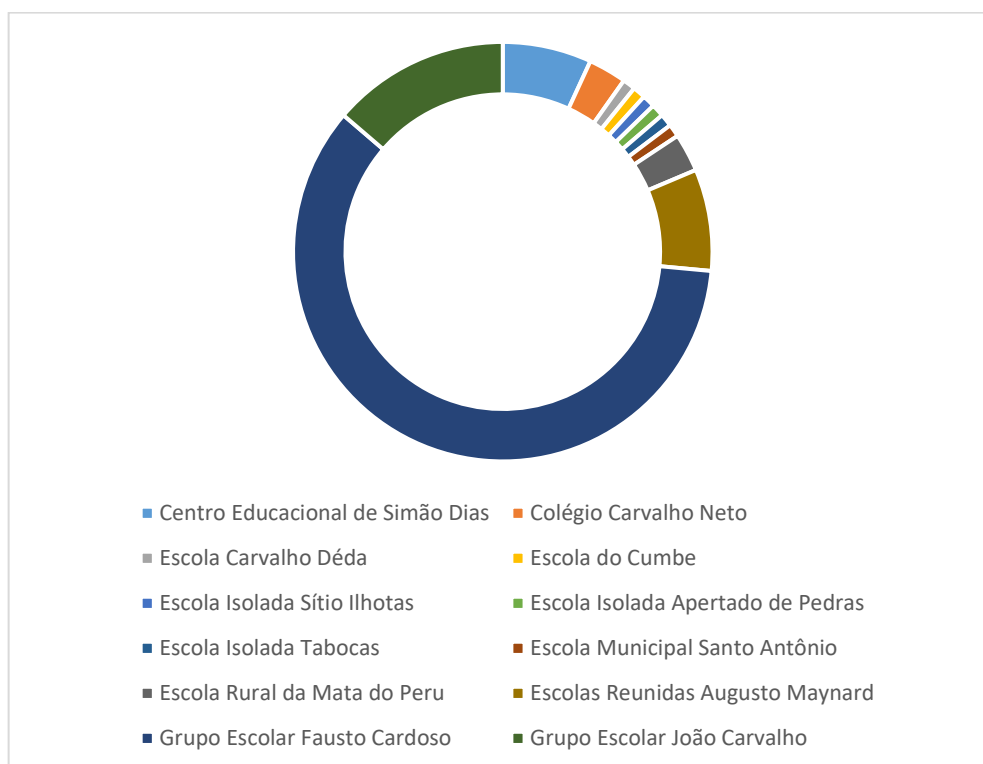
Em território sergipano temos, de Pedrinhas, 03 (três) alunos atestados pela professora Paroquiza Bastita Nascimento e 01 (um), pela professora Zilda Farias Lopes; de Poço Verde, 02 (dois) estudantes tiveram a formação primária referendada por Vilma Maria Xavier de Jesus e 01 (um) por Rosimeire Oliveira Santos; e, de

Pinhão, a docente Sirineia Batista dos Santos validou os estudos primários de 01 (um) aluno.

No que se refere aos municípios baianos, 01 (um) teve a sua educação primária atestada por Elza Carvalho Vidal da cidade de Salvador; outro, procedente de Fátima, foi atestado por Eusa Pires de Santana. De Cícero Dantas tivemos um único caso que o atestado de escolaridade foi assinado por um professor do sexo masculino: Antônio Eurildes de Sales Amaral. Entretanto, foi do município fronteiriço de Paripiranga que tivemos a maior variação de docentes: Josefa Virgens Araújo, Maria José dos Santos Lima e Maria Therezinha Lima Dias atestaram, cada uma, 01 (um) estudante.

Outras formas de comprovação dos estudos anteriores davam-se através de Certificado de Conclusão do Curso Primário (LDB nº 4.024/1961), após o aluno ser avaliado por uma banca examinadora, ou através de transferência para as quatro últimas séries do Curso de 1º Grau (LDB nº 5.692/1971). Nesse sentido, o Ginásio Industrial recebeu alunos provenientes de diversas escolas entre os anos de 1963 a 1977, conforme demonstrado no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - U.E. em Simão Dias/SE**



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

O Gráfico 3 apresenta, de forma ilustrativa, dentro da nossa amostragem de 350 (trezentos e cinquenta) prontuários, o número de 104 (cento e quatro) estudantes que realizaram os estudos anteriores em escolas localizadas no município de Simão Dias. Entre elas encontram-se unidades escolares públicas (municipal ou estadual), da CNEC e particular, da zona urbana e rural.

Das escolas rurais das Ilhotas, do Cumbe, do Apertado de Pedras, da Tabocas e da municipal Santo Antônio vieram 01 (um) aluno de cada e da Mata do Peru, 03 (três). Já aquelas unidades de ensino localizadas dentro da cidade, temos os seguintes números: da escola da CNEC (Colégio Carvalho Neto) e da estadual Carvalho Déda 03 (três) alunos respectivamente, do Centro Educacional 07 (sete) estudantes, da particular Augusto Maynard 08 (oito) e da estadual João Carvalho o quantitativo de 14 (quatorze) discentes. O maior número é advindo do Grupo Escolar Fausto Cardoso. A mesma era a escola mais tradicional em virtude de ser a mais antiga no município, a qual foi fundada em 1925 no Governo de Graccho Cardoso (1922-1926), reunindo diversas escolas isoladas do município (OLIVEIRA, 2016).

A oferta de disciplinas profissionalizantes (Artes Industriais e Atividades Agrícolas) alinhada ao internato (Casa do Estudante) possibilitaram a vinda de estudantes de outros municípios do estado de Sergipe e do estado da Bahia. A Tabela 3, apresenta a síntese do quantitativo de alunos provenientes dos outros municípios e suas respectivas unidades de ensino.

**Tabela 3 – Procedência escolar para o Industrial**

Cidade	Escola de procedência	Alunos
Adustina/BA	Escola Estadual Rural Castro Alves	2
Cícero Dantas/BA	Escola Rural Duque de Caxias	1
Cristinápolis/SE	Grupo Escolar Cel. Otávio de Souza Leite	2
Itabaiana/SE	Educandário N. Sra. Menina	1
Lagarto/SE	Educandário N. Sra. Da Salette	1
N. Sra. do Socorro/SE	Escola Maximino Maciel (Cidade de Menores Getúlio Vargas)	1
Paripiranga/BA	Escola Estadual de Paripiranga	3
Paripiranga/BA	Escola Estadual Rural de Conceição do Saco	1
Paripiranga/BA	Escola Isolada Matriz	1
Paripiranga/BA	Escola Rural Chico Pereira	1
Paripiranga/BA	Escolas Reunidas Prof. Francisco de Paula Abreu	1
Paulo Afonso/BA	Educandário Brasil	1
Pedra Mole/SE	Escolas Reunidas Senador Lourival Fontes	2
Pedrinhas/SE	Grupo Escolar Dr. Jessé Fontes	5
Pinhão/SE	Grupo Escolar Major José Antônio	29
Poço Verde/SE	Escola Isolada do Povoado São José	1
Poço Verde/SE	Grupo Escolar Rural Sebastião da Fonseca	7
Salvador/BA	Centro Social Santa Terezinha	1
São Cristóvão/SE	Escolas Reunidas Otoniel Amado	1
Fátima/BA	Escola Monsenhor Renato Galvão	1

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial – anos: 1963 a 1977

Em nossa amostragem, de 350 (trezentos e cinquenta) prontuários de alunos, 63 (sessenta e três) tiveram seus estudos anteriores em estabelecimentos de outros municípios. Os dados apresentados na Tabela 3 mostram uma variedade de tipologias escolares, sejam elas rurais ou urbanas, reunidas ou isoladas, ligadas ao poder público (municipal ou estadual), particulares, assistencialista ou filantrópica e também, para jovens infratores, como é o caso do internato Maximino Maciel, localizado na zona rural do município sergipano de N. Sra. do Socorro.

No que se refere às escolas rurais, o maior número de alunos veio do Grupo Escolar Sebastião da Fonseca em Poço Verde/SE, com 07 (sete) estudantes. As outras escolas rurais possuem uma variação de 02 (dois) estudantes, como é o caso da escola de Adustina/BA (Castro Alves) ou de um único estudante, a exemplo da Escola Rural do Povoado Saco (atualmente Conceição de Campinas) em

Paripiranga/BA. É desta cidade que podemos ver o maior número de estabelecimento, 05 (cinco) no total, dos quais 07 (sete) discentes vieram para o Industrial.

Ao contabilizarmos os 63 (sessenta e três) alunos, conforme identificados ainda na Tabela 3, uma minoria provinha do estado da Bahia – 13 (treze) apenas enquanto que, dos municípios sergipanos vieram 50 (cinquenta). Com exceção de 01 (um) aluno que fez os estudos anteriores em Salvador e outro proveniente de uma escola de Paulo Afonso/BA, pontos mais longínquos, os demais municípios baianos estão em região mais próxima ao município simãodiense: Adustina, Cícero Dantas, Paripiranga e Fátima. As unidades escolares destes municípios encaminharam 11 (onze) estudantes.

De Sergipe, temos alunos oriundos de instituições escolares de 07 (sete) municípios (Cristinápolis, Itabaiana, Lagarto, N. Sra. do Socorro, Pedra Mole, Pedrinhas, Pinhão, Poço Verde e São Cristóvão) que no conjunto proveram 50 futuros ginasianos ao Industrial. Explicitamente, do Grupo Escolar Major José Antônio, da cidade de Pinhão, a noroeste de Simão Dias, deu continuidade aos seus estudos no Ginásio Industrial o maior número de discentes: 29 (vinte e nove) entre os anos de 1963 a 1977, considerando a nossa amostragem.

A expedição dos Certificados de Conclusão do Curso Primário (LDB nº 4.024/1961) ou das Guias de Transferências da 4ª série para a 5ª série (LDB nº 5.692/1971), em virtude da não ofertada de todo o 1º Grau num determinado estabelecimento escolar, era feito pelo diretor. Este, de acordo com a LDB nº 4.024/1961, em seu art. 42, deveria ser um “educador qualificado” (BRASIL, 1961). O ato de certificar está relacionado a veracidade e compete a uma autoridade (AULETE, 2011, p. 313), por isto que a certificação de escolaridade é um ato que compete aquele que dirige a unidade de ensino.

Façamos, então, a análise dos diretores que expediram documentos de estudos anteriores, garantindo assim a matrícula no Exame de Admissão ao Curso Ginasial (Lei nº 4.024/1961) ou a na 5ª série do Ensino de 1º Grau (Lei nº 5.692/1971) no Industrial Carvalho Neto, conforme ilustrado na tabela 4.



**Tabela 4 – Emissão de Certificados e Guia de Transferências (município de Simão Dias/SE)**

Escola de procedência	Certificação	Quantidade
Centro Educacional de Simão Dias	Iolanda Rosa Montalvão (presidente)	1
Colégio Carvalho Neto	Antonio Ferreira Filho	2
Escola do Cumbe	Josefa Lourdes Conceição	1
Escola Isolada Aglomerado Sítio Ilhotas	Otelina Augustinha de Azevedo	1
Escola Isolada Apertado de Pedras	Maria Amélia Andrade	1
Escola José de Carvalho Déda	Maria Nailda Carvalho Matos	2
Escola José de Carvalho Déda	Maria Tereza dos Santos	1
Escola Rural da Mata do Peru	Valdomiro Ribeiro	2
Escolas Reunidas Augusto Maynard	Ana Lúcia de Carvalho	1
Escolas Reunidas Augusto Maynard	Nair Santa Bárbara	7
Grupo Escolar Fausto Cardoso	Maria Nize Carvalho Matos	14
Grupo Escolar Fausto Cardoso	Matilde Dortas Rodrigues	43
Grupo Escolar João Carvalho	Josefina Santana	10
Grupo Escolar João Carvalho	Maria Lúcia da Conceição Santos	4
Grupo Escolar João Carvalho	Maria Nize Carvalho Matos	1

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – 1963 a 1977.

É interessante observar na Tabela 4 que, apenas dois casos de dirigentes escolares couberam a duas pessoas do século masculino. É o caso do diretor do Colégio Carvalho Neto (antigo Ginásio Carvalho Neto) da CNEC, Antônio Ferreira Filho que passou certificação das quatro primeiras séries do Ensino de 1º Grau para 02 (dois) estudantes que se matricularam no Industrial. Situação igual a de Valdomiro Ribeiro, dirigente da escola do povoado Mata do Peru, que certificou 02 (dois) alunos que vieram continuar seus estudos no Industrial.

Com apenas 01 (um) único caso para a mesma escola temos os certificados expedidos pelas diretoras de unidades escolares do meio rural Josefa Lourdes Conceição, Otelina Augustinha de Azevedo e Maria Amélia de Andrade, dirigentes estas das escolas do Cumbe, das Ilhotas e do Apertado de Pedras, respectivamente.

Considerando que a função de diretor é rotativa, percebemos que para uma mesma escola, a certificação ocorreu por mais de uma gestora. Da Escola Carvalho Déda, Maria Nailda Carvalho Matos e Maria Tereza dos Santos, ambas certificaram 02 (dois) e 01 (um) estudantes respectivamente. Na escola particular Augusto Maynard, temos os certificados expedidos por Nair Santa Bárbara, 07 (sete) e posteriormente pela sua sucessora, Ana Lúcia de Carvalho, 01 (um).

Considerando a antiguidade do Fausto Cardoso e por estar muito tempo exercendo a função de diretora, Matildes Dorts Rodrigues passou declaração de veracidade, principalmente de conclusão do Curso Primário, para 43 (quarenta e três) futuros ginásianos do Industrial. Ainda no Fausto Cardoso, a sua substituta, Maria Nize Carvalho Matos expediu 14 (quatorze) certificados. Posteriormente, ela foi dirigir o Grupo Escolar João Carvalho, certificando, dentro da nossa amostragem, 01 (um) estudante. Antes, de forma cronológica, o “Grupo Novo” foi dirigido por Josefina Santana e posteriormente por Maria Lúcia da Conceição Santos. Elas certificaram 10 (dez) e 04 (quatro) estudantes, respectivamente, que passaram para o Ginásio Industrial.

Um fato percebível é que duas irmãs exerceram a função de diretora: Maria Nize Carvalho Matos e Maria Nailda Carvalho Matos. Outro fato notado é que temos um caso de que a certificação fora passada não por uma diretora, mas sim por uma presidente de associação. Como já havíamos tratado, a professora Iolanda Rosa Montalvão dirigente do Centro Educacional de Simão Dias que, além de ser a entidade mantenedora do Ginásio Industrial, possuía turmas das séries iniciais do 1º Grau.

É interessante observar que algumas professoras, citadas no decorrer deste texto ou representadas no gráfico de atestados de estudos primários, passaram a exercer a função de diretora de estabelecimentos de ensino. A Exemplo disto temos Iolanda Rosa Montalvão, Maria Nery Varjão e Maria Nize Carvalho Matos, demonstrando assim a ascensão na carreira do magistério.

Notoriamente nestas linhas, o entendimento que provieram para o Industrial alunos de outros municípios sergipanos, faz-se assim necessário, após quantificados, passarmos a “ler” esses números. Vejamos então as certificações demonstradas na Tabela 5.

**Tabela 5 – Emissão de Certificados e Guias de Transferência (outros municípios sergipanos)**

Escola de procedência	Cidade	Certificação	Quantidade
Grupo Escolar Cel. Otávio de Souza Leite	Cristinápolis/SE	Arnaldo de Matos Conceição, padre	2
Educandário N. Sra. Menina	Itabaiana/SE	Maria Meneses Santos	1
Educandário N. Sra. Da Salette	Lagarto/SE	Maria Erundina Mota e Sousa	1
Escola Maximino Maciel (Cidade de Menores Getúlio Vargas)	N. Sra. do Socorro/SE	Arlete de Oliveira Meneses	1
Escolas Reunidas Senador Lourival Fontes	Pedra Mole/SE	Maria Anatália dos Santos	2
Grupo Escolar Dr. Jessé Fontes	Pedrinhas/SE	Maria do Carmo Alves Costa	1
Grupo Escolar Dr. Jessé Fontes	Pedrinhas/SE	Paroquiza Batista Nascimento	1
Grupo Escolar Dr. Jessé Fontes	Pedrinhas/SE	Zilda Farias Lopes	3
Grupo Escolar Major José Antônio	Pinhão/SE	Anita Passos de Oliveira	22
Grupo Escolar Major José Antônio	Pinhão/SE	Maria de Lourdes Fraga	7
Escola Isolada do Povoado São José	Poço Verde/SE	Zilma de Almeida Teles	1
Grupo Escolar Rural Sebastião da Fonseca	Poço Verde/SE	João de Oliveira	5
Escola Reunida Otoniel Amado	São Cristóvão/SE	Agnalia Matias Sales	1

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – 1963 a 1977.

Do N. Sra. Menina em Itabaiana, do N. Sra. da Salette em Lagarto e do Otoniel Amado em São Cristóvão, as respectivas diretoras Maria Meneses Santos, Maria Erundina Mota e Sousa e Agnalia Matias Sales certificaram cada uma, apenas 01 (um) estudante; número este entre os 145 (cento e quarenta e cinco) resultados na nossa amostragem. Também 01 (um) único aluno veio da Cidade de Menores Getúlio Vargas, entidade que mantinha em sistema de internato, crianças e adolescentes pobres e infratores. Essa mesma instituição mantinha uma escola de ensino primário (BISPO, 2010).

O padre Arnaldo de Matos Conceição, do Grupo Escolar Souza Leite (Cristinápolis) e Maria Anatália dos Santos, dirigente das Escolas Reunidas Lourival Fontes (Pedra Mole) foram responsáveis pela certificação dos estudos que propiciaram o acesso ao Industrial de 02 (dois) alunos, respectivamente. As assinaturas de 03 (três) gestoras do Dr. Jessé Fontes em Pedrinhas configuraram em 05 (cinco) certificados. Estes foram expedidos por Maria do Carmo Alves Costa e Paroquiza Batista Nascimento – ambas com 01 (um) e Zilda Farias Lopes com 03 (três). As duas últimas, também configuram em nossos prontuários também como professoras primárias.

De Poço Verde temos certificados expedidos de duas escolas rurais. Enquanto que Zilma de Almeida Teles na direção da Escola Isolada do Povoado São

José expediu de 01 (um) aluno, no Grupo Sebastião da Fonseca, o professor e diretor João de Oliveira habilitou 05 (cinco) futuros ginásianos do Industrial.

Entretanto, é de Pinhão, município fronteira de Simão Dias, que foram certificados pelos gestores do Grupo Escolar Major José Antônio o maior número de estudantes que vieram para o Industrial, 29 (vinte e nove). Primeiramente, Maria de Lourdes Fraga certificou 07 (sete) discentes enquanto que, a sua substituta, Anita Passos de Oliveira, autorizou o prosseguimento dos estudos a 22 (vinte e dois) alunos.

Para além destes estudantes certificados em unidades de ensino dos municípios sergipanos, 06 (seis) outros vieram do estado da Bahia sendo que, de Cícero Dantas, a diretora D'Alva Carvalho Dantas, de Paulo Afonso, a gestora Natalice Barreto dos Anjos e de Fátima/BA, a administradora escolar Francisca das Virgens Reis certificaram juntas 03 (três) alunos. Porém, devido à proximidade de 07 (sete) quilômetros que separam a sede do município de Simão Dias com o de Paripiranga, de lá vieram 03 estudantes dos quais 02 (dois) destes, da Estadual de Paripiranga, sob a direção de Claudionora Carvalho Santos e 01 (um) da Escola Rural Chico Pereira, cujo certificado foi expedido por Maria Lourdes Lima Araujo, conforme podemos observar na Tabela 6.

**Tabela 6 – Emissão de Certificados e Guias de Transferência (municípios baianos)**

Escola de procedência	Cidade	Certificação	Quantidade
Escola Rural Duque de Caxias	Cícero Dantas/BA	D'Alva Carvalho Dantas	1
Escola Estadual de Paripiranga	Paripiranga/BA	Claudionora Carvalho Santos	2
Escola Rural Chico Pereira	Paripiranga/BA	Maria Lourdes Lima Araujo	1
Educandário Brasil	Paulo Afonso/BA	Natalice Barrêto dos Anjos	1
Escola Monsenhor Renato Galvão	Vila de Fátima/BA	Francisca das Virgens Reis	1

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – 1963 a 1977

#### 4.3.2 Os Exames de Admissão enquanto acesso ao curso Ginásial.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961, a educação básica estava organizada em duas etapas: Primário e Secundário, o qual era dividido em dois ciclos: curso Ginásial e curso Médio. O acesso do estudante do curso primário para o curso ginásial dava-se através de Exames de Admissão. Estes, verdadeiros vestibulares ao olhar da professora Graça (2002, p. 71), tinham uma importância fundamental para o contexto educacional da época, pois possibilitava a continuidade

dos estudos além de que, em grande parte, os cursos ginasiais ofertavam disciplinas práticas profissionalizantes, possibilitando uma formação técnica.

Vejamos, em números, na Tabela 7, o quantitativo de estudantes e seus respectivos resultados nos Exames de Admissão prestados no Ginásio Industrial.

**Tabela 7 – Exames de Admissão do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto**

Ano	Total	Homem	Ap	Rep	Nc	Mulher	Ap	Rep	Nc
1963	29	6	6	----	----	23	22	----	1
1964	48	19	18	----	1	29	26	2	1
1965	55	25	19	2	4	30	25	2	3
1966	76	45	38	1	6	31	29	1	1
1967	87	57	33	6	18	30	21	5	4
1968	94	59	41	7	11	35	27	6	2
1969	87	58	44	3	11	29	25	2	2
1970	69	36	27	1	8	33	31	--	2
1971	107	57	45	6	6	50	43	5	2
1972	84	43	38	1	4	41	40	--	1
1973	61	34	32	--	2	27	26	1	--
1974	7	3	3	--	--	4	4	--	--
1975	7	4	4	--	--	3	3	--	--
1976	18	11	11	--	--	7	7	--	--
TOTAL	829	457	359	27	71	372	329	24	19

Legenda: Ap – aprovado; Rp – reprovado e Nc – não compareceu

Fonte: Livro de Atas dos Exames de Admissão do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto (1963-1976)

Ao todo, o Ginásio Industrial realizou 14 Exames de Admissão entre os anos de 1963 a 1976. Destes, eram obrigatórios, de acordo com a LDB nº 4.024/1961, até o ano de 1971 quando foi promulgada uma nova legislação que extinguiu os Exames de Admissão, unificando os cursos Primário e Ginasial, transformando-os numa única etapa (1º Grau), com duração mínima de 08 (oito) anos. Entretanto, por ser uma escola particular, ela acabou organizando, a partir de 1972, avaliações para ingresso na 5ª série, controlando assim o acesso dos seus futuros estudantes. Nos anos seguintes, de 1974 a 1976, conforme vimos em alguns prontuários de alunos, a escola passou a fazer testes de seleção para um número muito pequeno de alunos. Entretanto, não sabemos quais os motivos e critérios que levaram a tal ação. O ano

que se observa na Tabela 7 refere-se ao ano letivo que se pretende seguir com a aprovação no Admissão.

O primeiro Exame de Admissão, considerado de 2ª Época, ocorreu de forma tardia entre os dias 07 e 08 de maio de 1963. Foi o que teve menos concorrência. Provavelmente os candidatos a tal certame não realizaram o Exame de Admissão no Ginásio Cenecista (fundado em Simão Dias no ano de 1958) ou se o fizeram, não lograram êxito.

Em linhas gerais, podemos perceber na Tabela 7, um crescimento de candidatos entre os anos de 1963 a 1971 (apesar de uma queda em 1969 e 1970). Esse crescimento do número de candidatos também se reflete entre homens e mulheres, ou seja, o aumento que se seguiu a partir de 1963 e quedas em 1969 e 1970 também foi igual. O maior número de candidatos ocorreu na seleção de 1971. Um forte indício para esta grande concorrência deve ter sido a oferta de vagas, pela primeira vez, no turno noturno. Situação análoga já descrita por Graça (2003, p. 61) em relação aos cursos ginasiais que funcionam em Aracaju, à noite, atendendo assim a uma parcela da juventude que já exercia alguma função remunerada durante o dia.

No que se refere a concorrência entre homens e mulheres, nos 03 (três) primeiros anos (1963-1965), houve a participação do número de mulheres maior que o de homens. Nos anos que se seguiram (1966 a 1973), estes passaram a ser a maioria.

Apesar do número total de candidatos, em todos os exames, ser de 829 (oitocentos e vinte e nove), estes não representam o número total de indivíduos pois, muitas vezes, um candidato, caso não conseguisse aprovação em um determinado ano, requeria inscrição no ano seguinte. Sendo os Exames realizados em duas “épocas”, possibilitavam assim uma nova chance para o candidato que não alcançou a aprovação no primeiro momento ou a inscrição de novos candidatos ao Exame de Admissão.

Entretanto, apesar da Tabela 7 não apresentar, ao nos debruçarmos no Livro de Atas dos Exames de Admissão, vimos que ocorreu um maior número de aprovação sempre na 1ª Época (provas ocorridas em dezembro, com exceção do exame para o ano letivo de 1963) do que na 2ª Época (provas que ocorriam geralmente em fevereiro).

No que se refere ao não comparecimento, para efeito de cálculo, consideramos o candidato que, em ambas as épocas, não foi aprovado ou reprovado. Nesse sentido, se compararmos o número de ausentes ao número de reprovações, algo distinto ocorreu entre homens e mulheres. Enquanto que, para os homens, o número de reprovação foi menor que o não comparecimento, entre as mulheres figuraram o número de não presentes foi menor que o de não aprovadas. Sendo assim, o número de desistentes entre os homens foi maior do que das candidatas mulheres.

Mas, a aprovação no Exame de Admissão não significava continuidade dos estudos no Industrial. Entre os que foram aprovados, tivemos um total de 30 (trinta) que não requereram matrícula para 1ª série ginasial. Podemos compreender, com isso, duas situações: não deram continuidade aos estudos ou realizaram matrículas em outros estabelecimentos, o que não pôde ser aferido a partir apenas dos prontuários a que tivemos acesso.

Todavia, existe um caso de uma estudante que, apesar da aprovação nos exames, provavelmente não conseguiu realizar a matrícula no curso Ginásial em virtude de ter 10 anos de idade. Ou seja, a mesma não possuía idade suficiente, conforme a legislação – LDB nº 4.024/1961 – que determinava 11 anos como idade mínima (BRASIL, 1961). Outra situação ocorreu da seguinte forma: em 26/11/1970, a professora Enedina Chagas Silva atestou que a mesma estava apta a fazer os Exames de Admissão. Em 22/01/1973, Maria Nize Carvalho Matos informa que a aluna não pode seguir para a próxima série (5ª) em virtude da não conclusão do ano letivo.

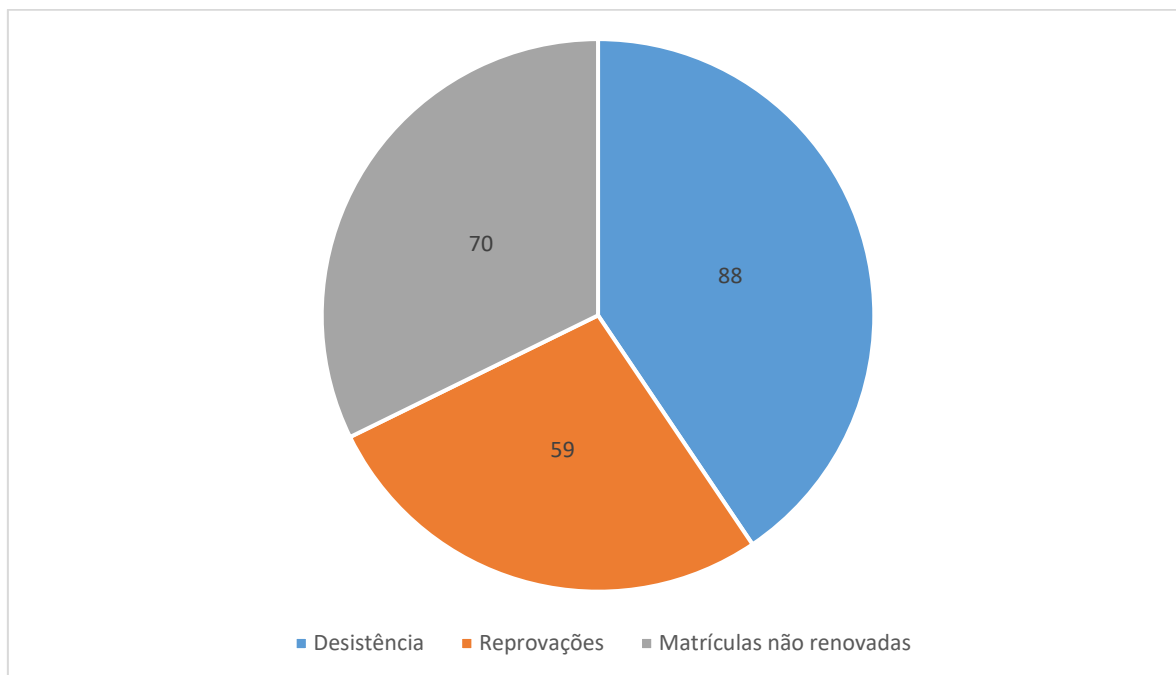
#### 4.3.3 Interrupção dos estudos

A análise dos prontuários dos alunos, principalmente nas fichas de matrícula, possibilitou o entendimento de três principais motivos que levaram os ginasianos a não conclusão do curso, portanto, não alcançando o sucesso escolar no Industrial: a desistência, a reprovação e a não renovação da matrícula.

Considerando a nossa amostragem de 350 (trezentos e cinquenta) prontuários, os índices de reprovação e desistência são bem próximos (Gráfico 4) Junta-se a estes, aqueles casos em que o aluno não requereu matrícula para série

seguinte, ou seja, não renovou a matrícula, mesmo tendo sido aprovado no ano anterior. Nas fichas de matrícula desses não há nenhuma observação do destino que tomaram.

**Gráfico 4 - Evasão**



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto – 1963-1977

Mais da metade do número da nossa amostragem de prontuários, ou seja, 217 (duzentos e dezessete) alunos tiveram seus estudos interrompidos por três motivos principais conforme já citamos: desistência com 88 (oitenta e oito) casos, seguido por matrículas não renovadas conforme ausência de observações nas fichas individuais dos discentes, número esse com 70 (setenta) incidências e em com 58 (cinquenta e oito) ocorrências, a reprovação obstruiu a vida escolar de parte dos ginasianos.

Entre os desistentes, temos os homens com maior incidência. Dos 88 (oitenta e oito) casos, 52 (cinquenta e dois) são do sexo masculino e 36 (trinta e seis) do sexo feminino. No que se refere a idade, ocorreu com maior frequência entre os estudantes com 16 (dezesesseis) anos, ao todo tivemos 15 (quinze) casos. A série com maior número de desistência deu-se na 1ª série ginasial ou 5ª série do 1º Grau com 48 (quarenta e oito) casos enquanto que, na 4ª série ginasial ou 8ª série do 1º Grau, os casos foram menores, apenas 04 (quatro) alunos deixaram de frequentar.



É interessante observar que a desistência ocorreu uma única vez na maioria dos casos: 76 (setenta e seis) alunos o fizeram, dito de outra forma, a desistência mais de uma vez ocorreu na minoria nos casos. Outro dado acerca da desistência, é que ela ocorreu 36 (trinta e seis) vezes entre estudantes que tiveram uma única matrícula no Industrial, sendo que, neste caso, ela se deu principalmente na 5ª série do 1º Grau, ou seja, posterior a 1971.

Em alguns casos, as pessoas que manuseavam os prontuários tiveram a preocupação de anotar no campo de observação das fichas de matrícula o detalhamento da desistência. Em 1970, a professora Iolanda Rosa Montalvão, que exercia a função de secretária escreveu o seguinte: "A aluna deixou de frequentar o estabelecimento na primeira semana de novembro sem causa justificada". Outras informações encontradas foram em prontuários de 1975 quando uma aluna desistiu dos estudos para participar do Projeto Minerva (Supletivo através do rádio) e em 1976, a informação que uma determinada aluna frequentou apenas o 1º semestre.

O segundo maior motivo para ocorrer a interrupção da vida escolar dos estudantes do Ginásio Industrial foi a matrícula não renovada, ou seja, apesar da aprovação no ano anterior, não foi encontrado nenhuma observação que apontasse o destino que tomou o aluno. Dos 70 (setenta) estudantes nesta situação, tivemos quase um equilíbrio entre homens e mulheres pois estas tiveram 33 (trinta e três) ocorrências e aqueles, 37 (trinta e sete). A não continuidade dos estudos com esse motivo aconteceu entre estudantes com 18 (dezoito) anos, no total de 12 (doze) casos.

A matrícula não renovada para série seguinte deu-se em menor caso para aqueles que foram aprovados para a 4ª série ginásial ou 8ª série do 1º Grau, apenas 09 estudantes não solicitaram a renovação. Os maiores índices de não requerer matrícula ocorreram entre os estudantes que foram aprovados no Exame de Admissão. Trinta candidatos que lograram êxito no referido exame não prosseguiram nos estudos. Levando em consideração ao número total de aprovados no Exame Admissão que foi de 688 (seiscentos e oitenta e oito), os que não requereram matrícula no Industrial seria apenas menos de 5% (cinco por cento).

O terceiro fator para a não continuidade dos estudos foi a reprovação, no total de 59 (cinquenta e nove) ocorrências. Dessas, também tivemos a maioria dos casos entre os homens, ou seja, 32 (trinta e duas) reprovações que motivaram a não continuidade dos estudos. Entre os não aprovados temos 12 (doze) casos que

ocorreram entre os estudantes com 18 (dezoito) anos, a maior incidência no que se refere a idade. A série que mais reprovou os alunos e estes não continuaram os estudos foi a 1ª série Ginásial ou a 5ª série do 1º Grau com 28 (vinte e oito) casos, sendo que os maiores índices ocorreram 22 (vinte e duas) vezes entre estudantes da 1ª série do Curso Ginásial e não entre os da 5ª série.

Aconteceram situações de reprovação até 04 (quatro) vezes na mesma série. Entretanto, temos 29 (vinte e nove) estudantes que no único ano que foi matriculado no Industrial, a reprovação foi decisiva para cessar os estudos. Encontramos um caso em que foi colocado no prontuário a informação do motivo da reprovação: “Não teve direito de fazer 2ª Época em virtude das faltas de Educação Física”.

Para além das desistências, não renovação de matrícula ou reprovações enquanto situações para a quebra da continuidade dos estudos, temos outros motivos, em menor número que contribuíram para o não sucesso escolar. Em 1974, uma aluna que cursava a 8ª série, não concluiu o 1º Grau, pois havia falecido ainda no 1º semestre. Em 1966, uma jovem de 20 anos solicitou o cancelamento de sua matrícula quando cursava a 2ª série Ginásial. O cancelamento também podia ocorrer quando da falta de comprovação de estudos anteriores: em 1973, um rapaz de 18 anos requereu matrícula na 8ª série, porém, sua matrícula foi condicionada a entrega de transferência de um ginásio de Salvador. Como o mesmo não a trouxe, foi cancelada.

#### 4.3.4 Transferências em curso

O artigo 100 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1971 prevê que: “Será permitida a transferência de alunos de um para outro estabelecimento de ensino [...], feitas as necessárias adaptações de acordo com o que dispuseram” (BRASIL, 1971). Era a garantia que permitia aos estudantes, sem perda das séries logradas com êxito, mudar de um estabelecimento para outro diante das suas necessidades educacionais.

Vejamos, então, esse fluxo de alunos que entraram e saíram do Industrial através do processo de transferência em curso. Dos 350 prontuários de ginásianos, 62 (sessenta e dois) são de transferidos de outras unidades escolares para o Ginásio Industrial (Tabela 8). Não estão entre estes, os alunos que foram transferidos a partir

da implantação do curso de 1º Grau, pois os mesmos já tratamos quando decomparamos sobre o acesso escolar. Dito de outra forma, a análise recaiu apenas nos alunos transferidos em curso para o Ginásial, de acordo com a LDB nº 4.024/1961.

**Tabela 8 – Transferências (1963-1972)**

<b>Cidade</b>	<b>Unidade de Ensino</b>	<b>Alunos</b>
Alagoinhas/BA	Colégio Santíssimo Sacramento	1
Alagoinhas/BA	Centro Integrado Luiz Navarro de Brito	1
Aracaju/SE	Colégio Carvalho Neto	1
Aracaju/SE	Colégio Estadual Pres. Costa e Silva	1
Aracaju/SE	Escola Industrial de Aracaju	1
Aracaju/SE	C. Arquidiocesano Sagrado Coração de Jesus	1
Aracaju/SE	Colégio Pio Décimo	1
Aracaju/SE	Ginásio Fausto Cardoso	1
Boquim/SE	Ginásio Santa Terezinha	2
Carira/SE	Ginásio João Ribeiro	1
Cedro de S. João/SE	Ginásio São João Batista	1
Cícero Dantas/BA	Ginásio do Instituto Bom Conselho	2
Estância/SE	C. Estanciano do Instituto Diocesano	1
Itabaiana/SE	Ginásio Estadual de Itabaiana	1
Itabaianinha/SE	Ginásio Mons. Olímpio Campos	2
Itabuna/BA	Colégio Estadual de Itabuna	1
Itapicuru/BA	Ginásio Senador Pinto Dantas	1
Itaporanga/SE	Ginásio Nossa Senhora d' Ajuda	1
Lagarto/SE	Ginásio Laudelino Freire	2
Maruim/SE	Ginásio Maroinense	1
Paripiranga/BA	Ginásio Normal N. Sra. Patrocínio do Coité	4
Picos/PI	Colégio Comercial de Picos	1
Poço Verde/SE	Ginásio Pio XII	1
Propriá/SE	Ginásio Diocesano de Propriá	1
Riachão/SE	Ginásio Francisco Dantas	1
Riachuelo/SE	Ginásio Regional Alberto Sampaio	2
Salvador/BA	Colégio 2 de Julho	1
Senhor do Bonfim/BA	Seminário Menor Nossa Senhora de Lourdes	1
Simão Dias/SE	Ginásio Carvalho Neto	18

Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto: 1963-1972

O Ginásio Industrial recebeu alunos transferidos provenientes de algumas cidades sergipanas e baianas. Porém, 01 (um) estudante é procedente da cidade piauiense de Picos. Do estado da Bahia, foram transferidos para o Industrial 12 (doze) estudantes sendo que 02 (dois) vieram de Alagoinhas, porém de escolas diferentes:

Colégio Santíssimo Sacramento e Centro Integrado Luiz Navarro de Brito. Do município de Cícero Dantas também vieram 02 (dois), sendo ambos da mesma escola. Dos Ginásios das cidades de Senhor do Bonfim, Salvador, Itapicuru e Itabuna vieram 04 (quatro) transferidos. Entretanto, do Ginásio Normal N. Sra. do Patrocínio do Coite, em Paripiranga, solicitaram transferências, 04 (quatro) discentes.

Dos municípios sergipanos, a grande maioria das transferências procede da capital, Aracaju. Ao todo foram 06 (seis) alunos procedentes de seis unidades escolares diferentes. Desse número, seguem mais 08 (oito) estudantes, sendo 02 (dois) para cada município de Riachuelo, Lagarto, Itabaianinha e Boquim. Os menores índices, apenas 01 (um) aluno, estão com os municípios de Carira, Cedro, Estância, Itabaiana, Itaporanga, Maruim, Poço Verde, Propriá e Riachão do Dantas.

Entretanto, o maior número de transferências de alunos para cursar o Ginásio no Industrial provém da escola concorrente da CNEG/CNEC, o Ginásio Carvalho Neto, com 18 (dezoito) casos. Em um (um) dos prontuários encontramos, no campo de observação a seguinte informação: “O aluno cursou o 1º semestre de 1974 (8ª série) no Colégio Carvalho Neto de Simão Dias, sendo transferido para o Industrial”.

Para além desses números tivemos outras situações de transferências ocorridas na vida escolar do aluno mais de uma vez, ou seja, houve a matrícula realizada em mais de uma unidade de ensino antes de se matricular no Ginásio Industrial, detectamos 07 (sete) casos. Vejamos alguns exemplos.

Uma carioca do município de Resende, após o Exame de Admissão nessa cidade, matriculou-se para cursar a 1ª série no Ginásio da Escola Normal N. Sra. da Piedade em Lagarto, posteriormente vem para o Industrial. Dois estudantes fizeram o Exame de Admissão e a 1ª série no Ginásio Pio XII em Poço Verde, posteriormente foram transferidos 01 (um) para o Municipal Joselito Amorim em Feira de Santana/BA e o outro para o Comercial de Aracaju (SENAC) cursando a 2ª série. Ambos se transferem para o Industrial simãodiense. Um terceiro caso deu-se da seguinte forma, após fazer o Exame de Admissão no Senhor do Bonfim em Aracaju, cursa da 1ª a 3ª séries no Cenecista Carvalho Neto de Simão Dias e, posteriormente, vem transferido para o Industrial.

Na maioria das vezes, não são claros os motivos que levaram os alunos a se transferirem para o Industrial. Podendo ter sido a mudança de endereço, conforme

encontramos a informação no prontuário de 01 (um) estudante; a reprovação na escola anterior: temos 16 (dezesesseis) alunos nessa situação; o cancelamento de matrícula na escola anterior: 01 (um) caso; ou outras situações tais como inadaptação à escola, diminuição do poder aquisitivo, dentre outros.

Após realizada a matrícula por transferência pode ocorrer a dispensa de alguma disciplina pelo fato de o aluno já ter cursado na outra unidade escolar. Em 1972, um aluno veio transferido para a 8ª série em 23 de fevereiro. Após o início das aulas, ele requereu dispensa da disciplina Francês por haver cursado em duas séries anteriores na outra unidade de ensino, sendo o pedido deferido.

Situação contrária também pode ocorrer, 01 (um) aluno, após ser transferido do Ginásio de Paripiranga para o Industrial na 6ª série, em 1975, teve que fazer adaptação curricular de E.M.C. referente à 5ª série, pois tal disciplina não foi vista na escola anterior.

Interessante observar que nas Guias de Transferência, além das informações referentes à identificação do aluno e o aproveitamento dos estudos, existe uma preocupação em apresentar à nova unidade escolar, o caráter do transferido. Na maioria das vezes, são frases padronizadas, independentemente de qual escola o aluno esteja vindo: "Sempre revelou boa conduta", "Tem bôa conduta, não havendo nada em desabono do seu caráter", "Revelou-se sempre de bom comportamento". Mas, também existiram aqueles gestores que passaram a escrever diferentes dos demais: "É pessoa de bons costumes, não existindo [...] qualquer fato ou ato [...] que desabone a sua conduta", "Não cometeu nenhuma falta contra os bons costumes e a disciplina da casa".

As transferências também ocorreram em sentido contrário, ou seja, tivemos alunos que saíram do Industrial antes da conclusão através de transferências para outras unidades congêneres. Porém, um número bem menor do que adentraram por esse dispositivo. Ao todo, apuramos 19 (dezenove) prontuários de alunos transferidos, nas mais variadas situações que motivaram tal ação.

Um aluno em 1971 após ser transferido do Ginásio Laudelino Freire de Lagarto para o Industrial decidiu ao fim do primeiro semestre, retornar para a escola de origem. Situação parecida já havia ocorrido anteriormente, em 1966, quando um estudante, após cursar um único semestre, retorna para a escola anterior, desta vez, para Itapicuru/BA. Outra situação ocorreu em 1966 com um jovem de 15 anos que

estava cursando a 4ª série ginásial após ter sido transferido do Atheneu Sergipense para Simão Dias. Após alguns meses de aulas, sua transferência para a escola de origem deu-se por motivos de mudança de endereço da família. Na grande maioria das transferências, no total de 09 (nove), não foi registrado nenhum motivo, porém, os alunos tinham sido reprovados na série anterior.

Tivemos um caso de transferência *ex-officio*. Esta é feita não pela solicitação do aluno, e sim por interesse da unidade de ensino. No meio escolar essa transferência é conhecida popularmente por expulsão. Aconteceu em 1969. Primeiramente, o aluno foi suspenso por causar perturbação, subversão e liderança contrária ao estabelecimento. Na portaria de suspensão das atividades estabelecia que, caso não houvesse mudança de atitudes, ocasionaria na transferência de unidade de ensino. Posteriormente, a direção resolve entregar-lhe a transferência alegando, dentre outras coisas, que estava seguindo as orientações do Ministério da Educação e Cultura. Vemos assim que os ideais do Estado Ditatorial alcançaram o município simão-diense.

Outras três transferências foram requeridas na mesma data 29/04/1969: 02 (duas) alunas e 01 (um) aluno assim o fizeram. O que liga as quatro transferências é que ambos discentes eram da 4ª série ginásial. No despacho do requerimento de transferência de uma delas foi feito o seguinte registro: "A aluna afastou-se do estabelecimento por haver tomado partido contra a direção [...]. Havendo arrependimento aceitaríamos o seu retorno". Outro aluno da mesma turma também requereu transferência no dia seguinte: 30/04/1969.

A transferência, conforme já citamos, pode ser motivada pela reprovação. Em 19/01/1971, um aluno residente em Pedrinhas, requereu transferência para outra unidade de ensino alegando ter ficado em 2ª época – Matemática, entendia-se assim que o mesmo não iria fazer e por isto seria reprovado.

Na maioria das vezes, não se sabe para onde o aluno está sendo transferido. Mas, em um determinado prontuário de uma aluna, entre outros documentos, encontramos uma carta datada de 31/01/1969, onde a secretária Adelina Maria de Santana Souza (Ginásio Laudelino Freire - Lagarto) solicitou a "guia de transferência" para a 2ª série ginásial. Em outro prontuário também de uma aluna, matriculada em 1973, havia a informação que a mesma havia sido transferida ao término do 1º semestre da 7ª série, de volta para o Colégio Pio Décimo.

Ainda em 1973, outro aluno foi transferido; em seu prontuário havia apenas a informação da cidade de destino: “Foi transferido em 28/07/1973 para Itabaiana/SE”. Situação análoga a outro prontuário que traz a informação: “Transferido para Paripiranga/BA em 02/02/1973”.

Dois anos depois, uma aluna teve em seu prontuário a informação registrada que foi transferida, colocando também a escola de destino: “Foi transferido para o Colégio Carvalho Neto em 05/07/1975”.

Outro motivo, de caráter ideológico, aconteceu no Industrial e ficou registrado no prontuário de uma aluna. A mesma, através de sua tia, requereu transferência em 29/03/1972 em virtude de “não constar no currículo da 3ª série Geografia e História Geral”.

#### **4.4 Concludentes e egressos**

O sucesso escolar acontece quando se alcança a conclusão do curso. Entre os 350 (trezentos e cinquenta) prontuários que foram cortejados, identificamos 94 (noventa e quatro) concludentes do Curso Ginásial (LDB nº 4.024/1961) e/ou 1º Grau (LDB nº 5.692/1971). Destes, a maioria são estudantes homens, 61 (sessenta e um), seguindo assim o padrão da maioria de homens entre os 350 estudantes analisados.

A média de idade dos concludentes é de 19 (dezenove) anos. Um pouco acima da média de 18 (dezoito) anos entre os prontuários pesquisados – 350 (trezentos e cinquenta). Apenas 02 (duas) alunas concluíram o curso na idade escolar mínima de 14 (quatorze) anos – uma em 1971 e outra em 1975. Neste mesmo ano de conclusão, provém a aluna que tinha a maior idade entre todos os concludentes: uma senhora com 46 (quarenta e seis) anos.

A naturalidade dos concludentes é, em sua maioria, de sergipanos: 73 (setenta e três). Destes, 53 (cinquenta e três) são simãodienses, sendo que, 14 (quatorze) nasceram na zona rural. Interessante destacar que entre os outros 21 (vinte e um) sergipanos concludentes do Industrial, 07 (sete) são naturais de Pinhão e 03 (três) de Poço Verde, municípios sergipanos limítrofes a Simão Dias. Tratando-se do município que faz fronteira com essa cidade, é de Paripiranga/BA, o segundo maior

índice de concludentes. No total de 20 (vinte) alunos que concluíram os estudos, 09 (nove) são naturais dessa cidade baiana.

Mais ou menos 25 (vinte e cinco) alunos conseguiram a formação no Industrial devido a oferta da Casa do Estudante pela Unidade Escolar, com dormitório e refeições para aqueles alunos provenientes da zona rural ou de outros municípios para além de Simão Dias. Esse número não é exato, pois, como colocamos anteriormente, ao tratar acerca da residência dos ginasianos, era escrito o próprio endereço da escola (rua Floriano Peixoto primeiramente e avenida Brasília ou Senador Leite Neto, posteriormente) para aqueles que utilizaram da oferta. Porém, podemos confirmar significativamente a importância da Casa do Estudante, para os concludentes.

Dos 94 (noventa e quatro) concludentes analisados, 74 (setenta e quatro) foram alunos do Ginásio Industrial durante toda a vida escolar ginasial (LDB nº 4024/1961) ou das quatro últimas séries do curso de 1º Grau (LDB nº 5692/1971). A trajetória destes concludentes, ou seja, a sua vida escolar ocorrida nessa Unidade de Ensino pode ser analisada a partir do Gráfico 5.

**Gráfico 5 - Vida escolar dos concludentes**



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto (1966-1977)



O índice de aproveitamento satisfatório foi de 55 (cinquenta e cinco) alunos, ou seja, os estudantes lograram êxito nas quatro séries cursadas. Eles estudaram no tempo mínimo de 04 (quatro) anos sem que houvesse, portanto, reprovação ou desistência em sua trajetória. No que se refere a reprovação, 17 (dezessete) ginásianos passaram por esta situação em alguma série. Desses, 04 (quatro) incidiram na reprovação por 02 (duas) vezes. Dos concludentes do ano de 1972, 02 (dois) tiveram registrados em seus respectivos prontuários a desistência em 01 (um) dos anos letivos; entretanto, os mesmos retornaram aos estudos, conseguindo lograr êxito no que se refere à conclusão do curso.

No tocante ao curso Ginásial ou as 04 (quatro) últimas séries do curso de 1º Grau, entre os 94 (noventa e quatro) concludentes ginásianos, 20 (vinte) alunos foram transferidos “em curso” para o Industrial, ou seja, a sua vida escolar deu-se em mais de uma escola. Desses, apenas 01 (um) aluno foi reprovado antes de conseguir a conclusão.

Após a conclusão dos estudos no Industrial, entre os anos de 1966 a 1977, os prontuários analisados não nos dão informações acerca do prosseguimento de estudos, com exceção de 04 (quatro). Da 1ª (primeira) turma de concludentes do curso ginásial (ano de 1966), houve 01 (um) aluno que, entre os documentos do seu prontuário, encontra-se um ofício informando que o mesmo concluiu, no C. C. Carvalho Neto, o curso de Técnico em Contabilidade em 1971.

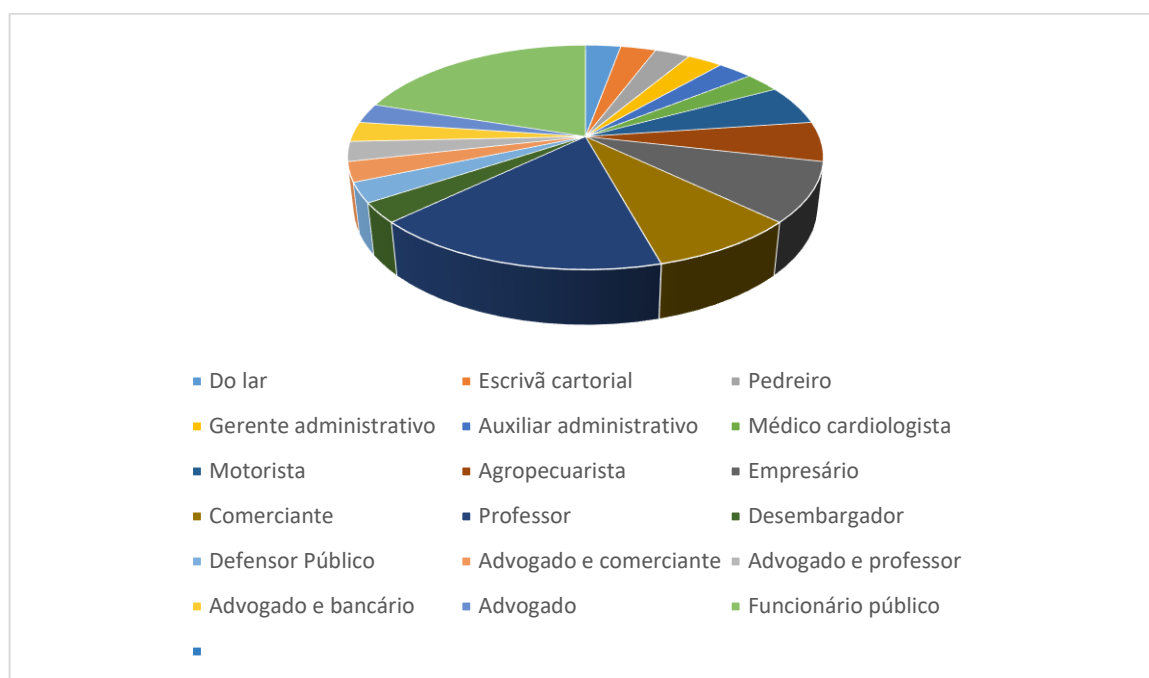
Outro aluno, concludente de 1968, teve anexado em seu prontuário um processo para retificação do nome de sua genitora. No referido processo, consta informação de que ele cursou o 1º e 2º ano Científico no Atheneu e 3º ano na escola Duque de Caxias (Salvador/BA).

Nesse sentido, entre os documentos que constam no prontuário de 01 (um) concludente do ano letivo de 1973, encontra-se um ofício expedido pelo Centro Educacional Cenecista Ipitanga de Lauro de Freitas/BA, solicitando o Certificado de Conclusão e Histórico Escolar para efeito de registro de diploma de 2º Grau. A solicitação foi atendida em 12/05/1994.

A partir de conversas informais com alguns servidores do “Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS” (ambiente social selecionado como campo empírico da pesquisa documental primária desenvolvida), bem como, principalmente de resultados obtidos em pesquisa nas redes sociais digitais, conseguimos informações

que possibilitaram a construção de um “painel” da situação profissional dos egressos do Industrial, posterior a sua conclusão. Dos 94 (noventa e quatro) concludentes, foi possível identificar em 35 (trinta e cinco) indivíduos em sua atividade social, no que se refere a sua atuação na sociedade, o que corresponde à 38% (trinta e oito por cento) dos egressos documentados no acervo pesquisado. É possível verificar a distribuição de ocupações levantadas amostralmente, no Gráfico 6.

**Gráfico 6 – Tipificação Amostral de Ocupações dos Egressos**



Fonte: Pesquisa nos Prontuários de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto (1966-1977)

Das funções com apenas uma ocorrência tivemos: 01 (uma) egressa identificada com os afazeres domésticos (do lar), 01 (uma) escrevã cartorial, 01 (um) egresso na construção civil (pedreiro) e 02 (dois) egressos na área de administração sendo 01 (um) gerente administrativo e 01 (um) auxiliar administrativo. Ainda neste grupo, (01) um egresso que se tornou médico cardiologista na capital baiana.

Com duas citações temos 02 egressos que exercem a função de motorista e 02 (dois) outros egressos que se tornaram agropecuaristas (atividades agrícolas e pecuaristas). Entre os autônomos, podemos encontrar concludentes do Industrial que se tornaram empresários e comerciantes. Dentre eles, deparamo-nos com 03 (três) citações para cada função. Entretanto, uma diversidade no ramo empresarial, pois se ocupam com produtos automobilísticos, maquinários e alimentícios. A docência

tornou-se o ramo funcional de 06 (seis) egressos, sendo que 01 (uma) egressa da turma de 1972 para além das atividades em regência de classe, tornou-se gestora educacional e proprietária de uma unidade escolar no município de Simão Dias.

A segunda maior ocupação entre os egressos está aquela que foram direcionadas para a área jurídica. 01 (um) desembargador, da primeira turma de formandos – 1966 e 01 (uma) defensora pública, entre os egressos da turma de 1968. Ambos se casaram e encontram-se aposentados. Outros 04 (quatro) tornaram-se advogados sendo que 03 (três) deles também exerceram outras funções concomitantes, sendo 01 (um) comerciante, 01 (um) professor no Departamento de Direito da UFS, já falecido, e 01 (um) bancário.

A ocupação profissional de maior índice entre os egressos do Industrial de Simão Dias é o funcionalismo público. No total de 07 (sete) egressos, temos 02 (dois) na esfera municipal e 05 (cinco) na esfera estadual; entre estes temos 01 (um) egresso da turma de 1968, irmão da defensora pública citada anteriormente, que foi funcionário da EMDAGRO, hoje falecido.

É interessante observar que, apesar de não ser o exercício profissional principal, alguns egressos do Industrial também exerceram funções provenientes de mandatos eletivos nos poderes executivo e legislativo municipais, sendo assim temos ex-prefeitos e atuais prefeitos e ex-vereadores e atuais vereadores das cidades circunvizinhas de Simão Dias, provenientes dos bancos escolares do Ginásio Industrial dos quais atuaram e atuam ainda em câmaras municipais e prefeituras.

A análise do Gráfico 6 denota um ponto positivo que diferencia o nível profissional dos egressos em relação às atividades laboratoriais dos seus pais. Quando tratamos desse tema na seção Característicos, colocamos que um dos motivos para ingresso dos estudantes no Ginásio/1º Grau era a ascensão social, através da mudança de ofício em relação ao trabalho dos seus genitores. Enquanto que estes em sua maioria eram lavradores ou desempenhavam profissões consideradas próprias das classes populares. Os egressos do Industrial passaram, portanto, a exercer ocupações profissionais da classe média: a docência, o funcionalismo público e outras profissões liberais.

Contudo, por mais que os ex-alunos tenham conseguido o sucesso escolar e posteriormente ocuparam espaços sociais diferentes das gerações anteriores, é necessário entender que eles foram privilegiados porque fizeram parte de uma parcela

mínima entre os alunos da época. Para efeito de ilustração, ao observamos que entre os 350 (trezentos e cinquenta) prontuários analisados nesta pesquisa, apenas 94 (noventa e quatro) foram de estudantes que alcançaram a conclusão do curso Ginásial/1º Grau. Ou seja, apenas 26 % (vinte e seis por cento) conseguiram cumprir as exigências legais para a terminação dos estudos. Isto demonstra uma insuficiência do processo educacional da época.

Considerando que a educação brasileira passou por reforma (LDB Nº 5694/1971), essa tentou melhorar as visões e as políticas educativas e os processos de ensino-aprendizagem (QUEIRÓS, 2013). Buscava-se, assim, “um ensino mais articulado e integral que tornasse útil às necessidades da sociedade da época” (QUEIRÓS, 2013, p. 21034). Entretanto, os grandes investimentos financeiros, que a reforma demandava, tornaram inviáveis a concretização dos ideais previstos, isto porque existia uma grande disparidade social em território brasileiro (QUEIRÓS, 2013). Junto a isto, a desqualificação de muitos professores influenciou o processo de ensino-aprendizagem, principalmente no meio rural, onde muitas vezes, os docentes não possuíam formação mínima para o exercício da profissão, em virtude de não terem frequentados os cursos de Escola Normal ou de Magistério de 1º Grau, sendo identificados enquanto professores leigos.

Quanto as questões de pesquisa, o Arquivo Escolar demanda estrita obediência à padrões éticos, no sentido de não ferir o direito constitucional à privacidade dos egressos. Assim sendo, a presença do profissional da informação à frente dos serviços dessa unidade de informação, vem a ser um importante recurso humano para desenvolvimento da Gestão da Informação e do Conhecimento.

Assim sendo, uma estratégia de valorização da atividade-fim da educação básica e fundamental é o fortalecimento das relações entre os participantes e egressos da comunidade escolar, por meio da prospecção do arquivo escolar, como dispositivo de memória. Esta cria laços, estabelece trajetórias, indica que houve um caminho percorrido. Sobretudo, podemos valorizar por meio da memória os processos educativos e seus efeitos na comunidade, como passos desse caminho.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cotidiano escolar produz uma diversidade de tipologias documentais oriundas de sua atividade-fim, a educação. Ou seja, os documentos são criados a partir das funções educacionais regidas por legislações gerais e específicas. Esses documentos, armazenados em arquivos, devem passar por um processo de organização no qual são realizadas atividades de identificação, classificação e indexação. Ricos em informações, os documentos educacionais em sua forma primária são detentores de um conhecimento registrado, mas não devidamente explicitado, que permanece de forma tácita à informação documental. Tais informações trazem diversas possibilidades de estudos, transformando-os em documentos de caráter secundário (diferente das funções para os quais foram criados). A partir de análises realizadas no debruçar do pesquisador sobre as informações contidas em tais documentos, são feitas representações e interferências, com classificação e agrupamento de indicadores, cuja sistematização faz com que o conhecimento passe a ser explícito.

Outra característica que esses documentos expressam é a possibilidade de resgatar a memória neles contidos. Isto porque toda informação encontrada em um documento é representativa de uma memória. A ausência da memória ocasiona uma crise de identidade coletiva. Dito de outra forma, a identidade coletiva é garantida com a preservação da memória, assim como a disseminação e acessibilidade dos dispositivos e produtos de sua pesquisa e sistematização. Esta memória é oriunda de uma construção social. As relações estabelecidas entre as instituições de memória e uma dada sociedade se articula a partir de um elo de pertencimento. Portanto, faz-se necessário compreender os elementos oriundos do passado contido em cada documento para compreender trajetórias e processos sociais de indivíduos e coletividades.

A partir daí, ao elegermos o Arquivo Escolar do “Centro de Excelência Dr. Milton DORTAS”, localizado no município sergipano de Simão Dias, enquanto unidade informacional para esta pesquisa, buscou-se identificar os elementos de uma memória enquanto legitimadora da identidade da comunidade simãodiense. Isto porque a própria unidade escolar é apontada enquanto um patrimônio cultural uma vez que a sociedade no entorno escolar possui esse elo de pertencimento.

A análise ocorreu dentro do contexto dos primeiros anos de funcionamento quando a unidade de ensino era particular e declarada de utilidade pública, cuja denominação era “Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto”. A importância desta agremiação educacional, porém, foi de influência maior e ultrapassou os limites do município. Ela pode ser entendida quando, constatou-se a diversidade de procedências, oriundos de vários outros municípios sergipanos e baianos. Além disso, através da constatação de que alguns egressos, dos quais foram identificados através das redes sociais digitais, exercendo funções de relevância social em alguns municípios sergipanos, incluindo Simão Dias, e baianos.

Cada documento existente nos prontuários foi lido e revisto minuciosamente, com objetivo de identificação das informações documentais e a construção de indicadores visíveis e integrativos ao processo de construção de memória social. A partir deles, foi possível reconstruir fatos, acontecimentos e trajetórias da vida escolar de 350 (trezentos e cinquenta) estudantes. Os estudos anteriores, os Exames de Admissão, as aprovações, as reprovações, as transferências e as desistências que permeiam o cotidiano de uma unidade de ensino foram registradas enquanto pinceladas de um passado, haja vista que é no passado que a memória é registrada.

Considerando que a nossa análise recaiu na vida estudantil de homens e mulheres que tomaram assento nos bancos escolares do Industrial, as informações recolhidas também dão conta de uma rede de agentes que intencionalmente, produziram diversos documentos, fazendo com que houvesse um fortalecimento da unidade de ensino com a sociedade em seu entorno. Ao pegarmos como exemplo um referido aluno que solicitou matrícula no curso ginasial, o mesmo traz consigo documentos provenientes de tabelionato, de posto de saúde, da escola anterior, inclusive imagem (retratos) produzida por fotógrafo. Tudo isso porque as instituições de memória tratam dos que passaram (os estudantes) e dos que se envolveram (a sociedade).

Diante do exposto, conseguimos concretizar os objetivos propostos. Na busca das representações da memória social contidas em cada documento analisado, extraímos informações que puderam reconstruir a vida de homens e mulheres que realizaram matrícula no Ginásio Industrial. Elencando, explicitando, registrando e relacionando acontecimentos e fatos que delinearam o cotidiano escolar. Sabendo

que a própria memória está relacionada com a história, com o passado, e que esta mesma história só se concretiza a partir do olhar do tempo presente, perpetrou a necessidade de considerar a situação social em que se encontravam os egressos. Percebeu-se, assim, uma mudança no *status quo* dos mesmos, comparados a vida dos seus genitores, ou seja, concebemos a ocorrência de uma ascensão social.

Tudo isso correu para intuímos a potencialidade informacional contida em cada documento por nós explorados. Prevendo assim uma grande variedade de informações em outros tantos documentos que esperam vim à luz do conhecimento. Consequentemente, algumas iniciativas devem ser tomadas.

O primeiro passo neste sentido é a implementação do processo de Gestão Documental (GD) para que possa ser estabelecido o tratamento da “informação desde o nascimento até o seu destino final” (CALDERON *et al.* 2004, p.99), criando assim, entre os servidores da secretaria escolar da unidade de ensino (setor responsável pelo arquivo), uma rotina e uma familiaridade em cada etapa do ciclo documental: produção, utilização, conservação e destinação final. A partir daí, faz-se necessário a elaboração de diversos instrumentais (índices ou catálogos) que venham facilitar o acesso dos usuários as informações documentais para atendimento das suas necessidades informacionais.

Nessa perspectiva, deve-se buscar, conhecer e adquirir as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC): instrumentos tecnológicos acessíveis economicamente e de qualidade eficaz, para poder proporcionar “a reduzida necessidade de utilização do espaço, a redução dos custos, a capacidade e a agilidade nos procedimentos de busca de dados armazenados” (COLOMBO, 2000, p. 93-94).

Dado a importância do referido acervo documental e diante dos percalços originários de um processo de deterioração natural e química em um bom percentual dos documentos, chamamos a atenção para uma intervenção geral de recuperação das fontes informacionais para que outros pesquisadores possam “saborear do néctar” extraído de cada informação documental, a exemplo do que pauta o Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020, que regulamenta todo um processo de digitalização de documentos enquanto mecanismo de preservação (BRASIL, 2020).

Para a melhor eficácia dessas ações, é imprescindível a presença de um profissional arquivística ou documentalista. O mesmo será capaz de desenvolver

políticas públicas a serem adotadas dentro dos mecanismos da gestão documental e inclusão das TIC, corroborando assim com um tratamento informacional adequado para com o acervo do Arquivo Escolar do CEDMD. Do mesmo modo, poder conhecer outros elementos significativos da memória escolar, fortalecendo o imaginário de identificação da comunidade simãodiense com a unidade educacional, com os seus agentes do passado e do presente, com a sua própria memória. Ou podendo, também, suscitar novas temáticas a serem empreendidas por diversos outros pesquisadores de diferentes áreas, a depender assim da engenhosidade dos mesmos.



## REFERÊNCIAS

ABUD, Cristiane de C. Ramos. A função do secretário escolar na contemporaneidade: entre memórias e arquivos escolares. **Linguagem, educação e memória**, Campo Grande, n. 3, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/WRLEM/article/view/2084>. Acesso em: 06 jan. 2019.

ALVES, Eva Maria Siqueira. A criação do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense: CEMAS e suas ações. *In*: ALVES, Eva Maria Siqueira. **Entre papéis e lembranças: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação**. Aracaju: EDISE, 2015. p. 21-39.

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lenikon, 2011.

BISPO, Alessandra Barbosa. A cultura escolar na Cidade de Menores "Getúlio Vargas". *In*: ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 5., 2004, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2010. Disponível em: <http://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/pe/anais/encontro5/06-hist-cultural/Artigo%20de%20Alessandra%20Barbosa%20Bispo.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024, de 20 de novembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-norma-pl.html>. Acesso em: 01 dez. 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm). Acesso em: 03 jan. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 10.278, de 18 de março de 2020**. Regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105>. Acesso em: 13 jan. 2021.

CALDERON, Wilmara Rodrigues *et al.* O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 3, p. 97-104, set./dez., 2004. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000300011&script=sci\\_abstract&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000300011&script=sci_abstract&lng=pt). Acesso em: 19 jan. 2021.

CECHINEL, Andre *et al.* Estudo/análise documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar educação – UNESC**, Criciúma, v. 5, n. 1, p. 01-07, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/2446>. Acesso em: 06 jan. 2019.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

COLOMBO, Fausto. Uma memória para a tecnologia. **Sociologia, problemas e práticas**, [Lisboa], n. 32, p. 93-100, 2000. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292000000100005](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000100005). Acesso em: 10 mar. 2020.

CORTES, Vanderléa Nóbrega Azevedo. **Estruturação da memória organizacional por meio da gestão do conhecimento**: entre o tácito e o explícito. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e do Conhecimento) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12338>. Acesso em: 10 jan. 2020.

FERREIRA, Shirley dos Santos. Arquivos escolares como fonte de pesquisa documental: um olhar sobre o arquivo permanente do IERB. *In*: ENCONTRO DE PESQUISADORES INICIANTE DAS HUMANIDADES, 6., 2017, São Cristóvão. **Anais [...]**. São Cristóvão, SE: Universidade Federal de Sergipe: Programa de Educação Tutorial, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9802>. Acesso em: 14 fev. 2019.

FONSECA, Maria Odila. A Ciência da Informação. *In*: FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 13-27

FURTADO, Alessandra Cristina. Os arquivos escolares e sua documentação: possibilidades e limites para a pesquisa em História da Educação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 145-159, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/download/19988>. Acesso em: 06 jan. 2019.

GARCIA JUNIOR, Emilson Ferreira; MEDEIROS, Shara; AUGUSTA, Camila. Análise documental: uma metodologia da pesquisa para a Ciência da Informação. **Temática**, [João Pessoa], ano 13, n.7, p. 138-150, jul. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/35383/18042>. Acesso em: 06 jan. 2019.

GERHARDT, Tatiana Engel, SILVEIRA; Denise Tolfo (coord.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONÇALVES, Nadia G. A organização de arquivos históricos escolares: contribuições para uma discussão necessária. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO LATINO-AMERICANA, 11., 2009, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Disponível em: <https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Organiza%C3%A7%C3%A3o-de-Arquivos-Hist%C3%B3ricos-Escolares.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da. **Pés-de-Anjo e Letreiros de Neon**: ginásianos na Aracaju dos anos dourados. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira; São Cristóvão: Editora da UFS, 2002.

HOFFMANN, Cleverton; SILVA, Sergio Bezerra da; ZOTTI, Solange Aparecida. Preservação e organização do arquivo da Escola de Educação Básica Doutor Hermann Blumenau. *In*: MOSTRA NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA INTERDISCIPLINAR, 7., 2014, Araquari. **Anais** [...]. Araquari: Instituto Federal Catarinense, 2014. Disponível em: <https://ifc.edu.br/event/vii-mostra-nacional-de-iniciacao-cientifica-e-tecnologica-interdisciplinar-micti/>. Acesso em: 06 jan. 2019.

KRIPKA, Rosana Maria Luvezute; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4, 2015. Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: UNIT, 2015. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>. Acesso em: 06 jan. 2019.

LE GOFF, Jacques. Memória. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 423-484.

LIVRO de atas dos Exames de Admissão (1963-1976). Localização: Simão Dias. Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas. Fundo: CEDMD. Série: Secretaria. Subsérie: Exames de Admissão.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de metodologia científica**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

OLIVA, Terezinha Alves de. Patrimônio documental e História: a importância dos arquivos escolares. *In*: ALVES, Eva Maria Siqueira. **Entre papéis e lembranças**: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação. Aracaju: EDISE, 2015. p. 41-50.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302>. Acesso em: 06 jan. 2019.

OLIVEIRA, Roselucia Teresa de Moraes. O Grupo Escolar Fausto Cardoso nas escritas dos seus alunos: vestígios da “cultura escolar” no jornal estudantil “o ideal” (1942). In: CONGRESSO SERGIPANO DE HISTÓRIA; ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH, 5., 2016, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju, 2016. p. 1-13. Disponível em: [http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486582421\\_ARQUIVO\\_t\\_rabalhosimposioanpuh2016.pdf](http://www.encontro2016.se.anpuh.org/resources/anais/53/1486582421_ARQUIVO_t_rabalhosimposioanpuh2016.pdf). Acesso em: 19 dez. 2020.

ORSO, Paulino José. História, instituições, arquivos e fontes na pesquisa e na História da Educação. In: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 33-48.

PINHEIRO, Alejandro de Campos. A gestão de documentos arquivísticos do Colégio Promove do município de Belo Horizonte: estudo de caso. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 323-337, abr./jul., 2016. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1066>. Acesso em: 06 jan. 2019.

PRONTUÁRIOS de ex-alunos do Ginásio Industrial Dr. Carvalho Neto (1963-1977). Localização: Simão Dias. Arquivo Escolar do Centro de Excelência Dr. Milton Dortas. Fundo: CEDMD. Série: Secretaria. Subsérie: Ex-alunos.

QUEIRÓS, Vanessa. A Lei nº 5692/71 e o Ensino de 1º Grau: concepções e representações. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11., 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: PUC/PR, 2013. p. 21026-21043. Disponível em: [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8356\\_5796.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8356_5796.pdf). Acesso em: 20 jan. 2021.

RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano; TANNO, Janete Leiko. Patrimônio documental, arquivos escolares e memórias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA, 8., 2016, Campinas. **Anais** [...]. Campinas: Unicamp, 2016. Disponível em: <https://www.cmu.unicamp.br/viiiiseminario/wp-content/uploads/2017/05/Patrim%C3%B4nio-documental-arquivos-escolares-e-mem%C3%B3rias-VANESSA-C.-M.-RUCKSTADTER-JANETE-LEIKO-TANNO.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Maria del Pilar Baptista. **Metodologia da pesquisa**. 5 ed. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, Betisabel Vilar de Jesus. **Luzes e blecautes em cidades adormecidas: a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos em cenário educacional sergipano (1953-1967)**. São Cristóvão, SE: UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2003a.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A construção social da memória. *In*: SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2003b. p. 33-92.

SAVIANI, Dermeval. Instituições de memória e organização de acervos para a história das instituições escolares. *In*: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 13-31.

SILVA, João Carlos da *et al.* Instituições escolares: memória, fontes e arquivos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 64, p. 159-169, set. 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641934>. Acesso em: 23 mar. 2020.

SILVA JUNIOR, Josemar Elias da; OLIVEIRA, Ana Lucia Tavares de. Patrimônio cultural, identidade e memória social: suas interfaces com a sociedade. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 1, p. 03-10, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/3775>. Acesso em: 06 jan. 2019.

SOUZA, Dalva Inês de *et al.* **Manual de orientações para projetos de pesquisa**. Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013.

SOUZA, Vania Batista de. **Carvalho Déda e o jornal “A Semana”**: visibilidade da educação (1946-1969). 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/4806>. Acesso em: 14 jun. 2019.

TAVARES, Derek Warwick da Silva; LOUREIRO, José Mauro Matheus. Dispositivos de informação: arquivos, memórias e informação. **Transformação**, Campinas, v. 29, n. 1, p. 73-80, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7824>. Acesso em: 24 nov. 2019.

VIEIRA, Alboni Marisa Dudeque Pianovski. Instituições escolares: memória, fontes, arquivos e novas tecnologias. *In*: SILVA, João Carlos da; ORSO, Paulino José; CASTANHA, André Paulo; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Editora Alínea, 2013. p. 65-78.